

Brasileiros dizem não à Alca



Passeata de Lula com sindicalistas em São Paulo: Brasil decente

Construir um novo país, com Lula presidente

A crise que atravessa o país é muito grave. Fernando Henrique Cardoso, com sua política neoliberal e seu profundo comprometimento com os grandes círculos financeiros internacionais e nacionais, levou o país a um grande impasse. O Brasil passou a viver uma situação de enorme vulnerabilidade externa, agravada com o quadro de crise financeira mundial, cujo centro hoje não é mais a periferia, mas a principal praça da economia e finanças mundial: os Estados Unidos. O es-

trago é grande. Os setores dominantes não encontram o caminho da recuperação. Estão divididos.

Por isso, a candidatura oposicionista mais consistente por sua trajetória, por seus compromissos e alianças, a de Luís Inácio Lula da Silva, cresce e está a altura de mudar a política vigente e buscar um novo rumo para o Brasil, virando a página desta época que chega ao fim.

A nova época somente pode nascer com um novo governo, constituído pelas forças interessadas na

mudança, que representem a maioria do povo. Governo baseado no modelo cujos fundamentos sejam a soberania, a liberdade, a democracia e o progresso social. Onde a produção, a valorização do trabalho, o mercado interno, o progresso autêntico e a ampliação dos direitos básicos do povo ocupem o centro de gravidade de sua ação. Lula, o candidato da coligação PT-PL-PCdoB-PMN-PCB, tem seu programa calçado nestes fundamentos.

A análise de Renato Rabelo nas páginas 3 a 5

A revolução anti-racista na África do Sul

Durante os quatro dias, 800 delegados representando cerca de 20 mil militantes comunistas discutiram as perspectivas para a continuidade e o aprofundamento das transformações que vêm marcando a vida da África do Sul, no 11º Congresso do Partido Comunista Sul-Africano (PCSA). O Partido integra, junto com a central sindical Cosatu, que dirige, a "aliança revolucionária" que estrutura o Congresso Nacional Africano (ANC), atualmente no poder.

Para compreender a centralidade do PCSA no movimento de

libertação sul-africano, é necessário resgatar algumas informações básicas sobre a sua evolução histórica. Os comunistas sul-africanos possuem uma singular e interessantíssima trajetória que lhes assegura ampla participação e influência na vida política do seu país. O segredo do seu sucesso reside, precisamente, na sua capacidade de valorizar as particularidades da formação social do seu país e atuar no curso da sua vida política, sem perder a referência da transformação socialista.

Leia artigo de Luis Fernandes na página 8



Congresso reuniu 20 mil

De 1º a 7 de setembro será realizado o plebiscito contra a Alca (Área de Livre Comércio das Américas). Organizada por dezenas de entidades populares e democráticas – pastorais sociais da igreja, UNE, MST, CUT, entre outras –, a consulta pretende coletar 10 milhões de votos em todo o país. Desde a passeata contra a Alca no II Fórum Social Mundial, em fevereiro em Porto Alegre, que reuniu mais de 40 mil manifestantes, ocorreram inúmeros debates em universidades, bairros, comunidades eclesiais, acampamentos de sem-terras e sindicatos. Comitês foram criados, manifestações de rua ocorreram. A campanha despertou o sentimento an-

tiimperialista dos brasileiros. O plebiscito está esclarecendo o povo sobre os efeitos nefastos da proposta da Alca. Serve como protesto contra este acordo, que está sendo orquestrado às escondidas e de forma acelerada pelas corporações empresariais e pelos neoliberais, atendendo aos interesses políticos e econômicos dos Estados Unidos. As atividades do plebiscito estão incorporadas à campanha eleitoral oposicionista.

A luta contra a Alca tem caráter estratégico. Nesta edição, **A Classe Operária** apresenta uma série de artigos e análises explicando o que é a Alca e como participar do plebiscito.

Páginas 9 a 12

Manifesto aos militantes, rumo à vitória

Já estamos na fase decisiva da disputa eleitoral que poderá mudar os destinos do país e a qualidade de vida do seu povo. O Brasil é o maior país da América Latina e, por isso, os povos progressistas do mundo voltam seus olhos com esperança para o desfecho de nossa batalha.

A militância dos partidos populares e democráticos e do movimento social brasileiro que, ao longo da última década, travou lutas tão valiosas, é chamada a garantir a vitória do Brasil e do povo, com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva presidente da República e José Alencar, vice.

Lula, por sua trajetória, por seu preparo, por sua vida inteira dedicada ao trabalho e à defesa da nação, pelas forças políticas e sociais que o apóiam, por seu programa de governo democrático, patriótico e popular, é o único candidato em que o povo pode confiar.

Lula é mudança de verdade. Só Lula é oposição pra valer.

Mas, como estamos vendo, os especuladores, os agiotas, as elites que lucram bilhões à custa da miséria de nossa gente e do saque da riqueza nacional já estão utilizando as armas mais sórdidas para tentar manter o Brasil à mercê de sua ganância.

A inteligência, a dedicação, a garra da militância do PT, do PCdoB, do PL, do PMN, do PCB, dos sindicatos combativos e dos movimentos populares são decisivas para concretizar a vitória que se desenha no horizonte.

Com o entusiasmo dos que têm um Brasil novo a conquistar, estamos chamados, em cada local de trabalho, moradia e estudo, a fortalecer a campanha mudancista de Lula presidente, esclarecendo, mobilizando o povo e conquistando o seu voto.

Fortalecer nossa campanha é levá-la com entusiasmo às ruas e ao encontro do povo. É somar em suas fileiras milhares de pessoas de todos os segmentos da socie-

dade. Com a gravíssima crise gerada pelo governo FHC, os eleitores não querem apenas votar, querem participar. Vamos convidar os eleitores a tomarem em suas próprias mãos o grande movimento cívico que nossa jornada vem construindo a passos largos.

Conscientes de que, para vencer, é preciso unir numerosas forças sociais e políticas, orientamos que nos estados e municípios os dirigentes, os militantes, os deputados, os vereadores, todos os candidatos de nossos partidos construam um palanque amplo e suprapartidário para a campanha, fazendo proliferar Comitês Populares Pró-Lula, dotados da máxima criatividade e autonomia.

A chapa Lula presidente e José Alencar vice tem como alicerce a nossa coligação, mas já no primeiro turno ela pertence, de fato, ao conjunto da nação e a todos quantos, no campo democrático, queiram contribuir para o seu êxito.

A força de nossa campanha reside no vigor das bases militantes dos partidos coligados e dos movimentos sociais em que atuamos. Essas bases devem ser o núcleo capaz de atrair contingentes imensos da população, dar-lhes vida participativa e despertar suas energias.

Na campanha, vamos expressar nossa indignação, nossa esperança e, sobretudo, a convicção de que Lula presidente será capaz de inaugurar uma nova fase na história do Brasil, de mudança e transformação, criando nesta terra um grande país, desenvolvido e justo, democrático e soberano – um Brasil decente, onde o povo brasileiro tenha a vida digna que tanto merece.

Nas mãos de nossa militância está a possibilidade de transformar esse sonho de várias gerações de brasileiros em realidade. Com as mãos unidas, conquistaremos a vitória.

Conselho da Coligação Lula Presidente

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

PCdoB

Buscar nitidez oposicionista na campanha eleitoral

PEDRO DE OLIVEIRA*

Os períodos de campanha eleitoral são momentos raros, na história de luta por democracia em nossa terra, em que os setores populares podem ter canais de expressão para milhões de brasileiros. As restrições de ordem econômica e política estão presentes na desproporção de recursos disponíveis para as candidaturas ligadas às elites dirigentes e as forças comprometidas com o povo. Outros óbices, ligados à legislação eleitoral em vigor, freqüentemente prejudicam o trabalho de propaganda dos partidos representantes dos trabalhadores. Mas mesmo com toda dificuldade, os espaços conquistados até agora permitem ainda um contato com amplos setores da população, através de comícios, caminhadas, visitas de ca-

sa em casa, materiais impressos, as cadeias de rádio e televisão etc.

Nesta eleição, os comunistas estão empenhados na campanha da coligação Lula Presidente, envolvidos nos estados nas coligações para eleger governadores do campo democrático e popular, trabalhando fortemente para levar ao Parlamento senadores, deputados federais e deputados estaduais que defendam as bandeiras da soberania nacional, da democracia e dos direitos dos que vivem do seu próprio trabalho.

A questão-chave é dar nitidez claramente oposicionista a estas candidaturas, ao contrário de certa tendência moderada, que acaba prevalecendo em determinadas campanhas. É preciso fazer uma crítica contundente aos oito anos de governo FHC, fazendo uma denúncia viva das mazelas deixadas pela herança fernandista. Nas próximas se-

manas estará em pauta o plebiscito contra a Alca (Área de Livre Comércio das Américas), que deverá merecer divulgação, devidamente vinculado com as atividades de campanha. Outra preocupação permanente é a necessidade de vinculação entre as campanhas majoritárias e proporcionais para o Congresso Nacional e assembleias legislativas e as atividades gerais da campanha presidencial.

Os desafios do trabalho de agitação e propaganda

A busca do equilíbrio entre o esforço de propaganda (onde se trata com mais profundidade do conteúdo que se deseja transmitir) e a agitação política (quando falamos para milhões de forma concisa) é uma necessidade imperiosa. São elementos complementares e

não excludentes. Precisa-se respeitar o meio, levando em conta suas especificidades. Na TV e no rádio, por exemplo, quando falamos para um público-alvo numeroso, devemos ser simples e diretos na linguagem, trabalhar com imagens, emoção e infundir esperança no futuro. Aqui, é fundamental atrelar o discurso político-eleitoral aos fatos políticos do momento, no leito das lutas em curso, dando mais calor à campanha. O objetivo deve ser mesclar razão e emoção, combinando uma forma leve com conteúdo politizado.

No trabalho de construção de um sistema de campanha integrado, é necessário "amarrar" toda a atividade de propaganda – peça por peça – por meio de elementos gráficos e verbais, para dar volume e aumentar a memorização na cabeça do eleitor e contribuir na

massificação de nossos candidatos. Neste caso, devemos evitar o modo panfletário e "radical chato", utilizando a persuasão, a fundamentação e a sinceridade, buscando uma estética atual, contemporânea e de bom gosto.

Assim, os programas de TV e do rádio alavancam o trabalho direto de conquista do voto pela militância partidária. Nessas inserções e no horário eleitoral, a divulgação do endereço do portal Vermelho joga seu papel, permitindo uma forma de comunicação dos que desejam entrar em contato com os candidatos e com o próprio Partido. Faltam pouco mais de 40 dias para a eleição. Não há tempo a perder na conquista do voto.

*secretário de Comunicação do PCdoB (colaborou Guido Bianchi)

Vá a Cuba com Sincom: veja como participar

RONALD FREITAS*

As eleições se aproximam e as energias de todos os militantes comunistas se acham concentradas, como não poderia ser de outra maneira, na disputa e na determinação de dar o melhor de si para atingirmos as metas de eleger Lula presidente, os candidatos de nossa coligação aos governos estaduais, pelo menos 15 deputados federais e 25 deputados estaduais do PCdoB, além dos senadores do Partido e de outros coligados.

Mas essa realidade não torna inexistentes outros aspectos da vida partidária que se projetam para além do horizonte eleitoral. A contribuição militante é uma das questões que, pela sua natureza e pelo grau de mobilização interna

que tem exigido para sua correta solução, coloca-se no patamar da mais alta prioridade por parte de todas as instâncias partidárias. Em realidade, o problema das condições materiais é vital para o desenvolvimento da atividade política e o seu correto equacionamento como uma importante tarefa – que deve ser tratada pelos mais altos níveis de direção em cada instância. A contribuição militante veste-se de um conteúdo ideológico que em tudo tem a ver com a identidade comunista.

Temos travado uma dura luta para a consolidação e ampliação do Sistema Nacional de Contribuição Militante (Sincom). Obtivemos êxitos relativos, mas temos muito a construir e necessitamos fazê-lo com determinação, criatividade e atividade orgânica adequada.

A promoção "Vá a Cuba com o Sincom" é uma iniciativa que busca aliar o ato de contribuir regularmente com o Partido com o desfrute de um prêmio por estar cumprindo esta obrigação. Assim, todos que estão em dia com suas contribuições ao Sincom, bem como aqueles que venham a contribuir e se enquadrem no regulamento do concurso (nesta página), estarão concorrendo a uma viagem a Cuba, passagem e estadia, a realizar-se entre outubro/novembro de 2003.

Esperamos que a iniciativa seja calorosamente abraçada e que os dirigentes nos vários níveis estimulem a participação da militância e amigos do Partido nesta promoção.

*secretário de Finanças do PCdoB



Visite o Portal Vermelho: www.vermelho.org.br

Antenado com a cultura, Vermelho lança novas colunas

RENY FRERES

O Portal Vermelho está paulatinamente aumentando o cabedal de colonistas que compartilham regularmente sua experiência com os internautas visitantes e abraça mais um segmento de interesse: modernidade e cultura.

Uma das novidades é a coluna sobre Hip Hop, na qual quatro jovens, Tony C., Aldany Rezende, Marcelo Buraco e Paulo Shetara, em esquema de revezamento, apresentam todas as quintas-feiras informações sobre o segmento de música que, apesar de um tanto marginalizado pela sociedade (ou por causa disso mesmo!) vem se destacando no quesito politização.

No segmento cultural, substituindo Luciana Bento, assume Mônica Simioni, dando dicas de programação para todo o final de semana, privilegiando o que é oferecido gratuitamente ou a baixo custo. Ela escreve às sextas-feiras e

sua coluna permanece na primeira página do Vermelho até domingo.

Aos domingos, Vermelho conta agora com a colaboração do jornalista Jaime Sautchuk, cuja coluna aborda temas diversificados, lançando mão do mote "modernidade". E toda quarta-feira, além da coluna que já mantinha sobre política, o colonista Adalberto Monteiro passa a escrever também sobre cultura.

Saindo do território nacional, mais duas colaboradoras brindam o internauta com sua visão de brasileiras no exterior. Uma delas é Patrícia Bruno que, vivendo em Portugal, encontrou no Vermelho a oportunidade expressar sua adolescência no nosso português. Keilla é a outra aquisição do Vermelho e será correspondente em Cuba, onde estuda medicina e se dispôs a trazer quinzenalmente informações daquele país que tanta curiosidade desperta nos brasileiros que abraçam o ideal socialista.

Regulamento

DO PRÊMIO, DAS CONDIÇÕES E DO SORTEIO

Art. 1º. O prêmio consiste em uma viagem com duração de sete dias a Cuba, incluindo passagem aérea SP (Brasil)/ Havana (Cuba), em categoria econômica; estadia em hotel categoria turística por cinco dias.

Art. 2º. Concorrem ao prêmio do art. 1º todo o membro, amigo e simpatizante do Partido Comunista do Brasil que preencha as seguintes condições:

- Seja contribuinte do Sincom (Sistema Nacional de Contribuição Militante);
- Esteja em dia com sua contribuição por um período ininterrupto de 12 meses, com o valor mínimo de R\$ 120,00, correspondente à contribuição mínima mensal de R\$10,00;
- Caso o contribuinte queira quitar sua contribuição anual em uma, duas ou três parcelas, pode-

rá fazê-lo: em uma só vez, até 10 de julho de 2002; em duas vezes até 10 de agosto de 2002; em três vezes, até 10 de setembro de 2002;

d) A verificação de que o contribuinte cumpriu com as condições estipuladas nas letras a,b e c será feita pela Secretaria Nacional de Finanças.

Art. 3º. Será considerado vencedor do concurso o contribuinte, que tendo satisfeito as condições expostas no art. 2º, seja contemplado em sorteio que se realizará em Agosto de 2003, no Diretório Nacional do PCdoB.

Art. 4º. Para efeitos do sorteio, referido no art. 3º, cada contribuinte que tenha satisfeito as exigências do art. 2º (caput e letras a,b,c) terá um número de referência que será depositado em urna inviolável, sendo que os referidos números e o nome dos respectivos contribuintes serão publicados na mídia partidária e dado conhecimento ao respectivo contribuinte antes do sorteio.

DOS PRAZOS

Art. 5º. O prazo de vigência das condições da presente promoção será de 10 de agosto de 2002 até 10 de julho de 2003.

Art. 6º. O sorteio será realizado na segunda quinzena de agosto de 2003.

§ 1º O vencedor será aquele participante que tiver seu número de contribuinte sorteado.

§ 2º O sorteio será realizado na sede nacional do Partido, em data a ser divulgada com 30 dias de antecedência.

Art. 7º. A viagem poderá ser realizada a partir de 1º de setembro até 30 de novembro de 2003.

DAS VEDAÇÕES

Art. 8º. Não poderão participar da promoção os funcionários da Comissão Nacional de Finanças que operam o sistema.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 9º. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Nacional de Finanças.

Empresa jornalística

A CLASSE OPERÁRIA

Fundada em 1925

Diretor: João Amazonas (1912-2002)

Jornalista Responsável: Pedro de Oliveira (Mtb 9.813 -SP)

Edição: Carlos Pompe (Mtb 249/01/128/AL), Edvar Bonotto, Remy Freres. Editoração Eletrônica: Marco Godoy.

Administração: Franczyrose de Andrade Matarazzo

Alameda Santa Ifigênia, 185 - Jardim Paulista, São Paulo, SP
CEP 01403-010 - Tel.: (11) 3054.1800

Endereços eletrônicos: classe@pcdob.org.br
www.vermelho.org.br

NACIONAL

Um novo governo para um novo tempo

RENATO RABELO*

Com muita tinta, muito tempo de TV e rádio, verdadeira campanha propagandística vem sendo destilada para enaltecer o acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) como a salvação da pátria. Essa orquestração continuou no mesmo diapasão num segundo momento, com o convite de Fernando Henrique Cardoso aos candidatos à Presidência da República para tentar comprometê-los com o acordo e “demonstrar” que ainda governa.

Abordando o encontro dos presidencialistas com FHC, a mídia, como sempre comprometida com os grandes círculos financeiros, deita loas sobre a “iniciativa democrática”, afirmando que “a democracia está de parabéns”, que o evento foi uma demonstração de “maturidade política” e que o 19 de agosto foi um “dia histórico na vida republicana”, dentre outras coisas do gênero. Mas a encenação na prática ficou restrita ao seguinte roteiro: FHC disse que todos os candidatos aceitaram o acordo; e todos os candidatos – evidentemente com a exceção do governista, José Serra – disseram

que a responsabilidade pela situação atual é do governo e que é preciso outra política econômica. Até mesmo Fernando Henrique confessou que “mudaria também alguma coisa”...

Por que esse festival de fanfarronadas sobre a “maturidade política”?

Na realidade, a crise que atravessa o país é muito, muito grave. FHC, com sua política neoliberal e seu profundo comprometimento com os grandes círculos financeiros internacionais e nacionais, levou o país a um grande impasse. O Brasil passou a viver uma situação de enorme vulnerabilidade externa, agravada com o quadro de crise financeira mundial, cujo centro hoje não é mais a periferia, mas a principal praça da economia e finanças mundial: os Estados Unidos.

Virar a página

A instabilidade e a incerteza passaram a ser uma constante da vida brasileira. Nunca os trabalhadores, os empresários do setor produtivo, a juventude, os aposentados, enfim, a imensa maioria do povo viveu tanta insegurança nas



Coligação Lula Presidente apresenta programa do novo Brasil

suas vidas e um presente e futuro incertos. Há mais de duas décadas o país está estagnado, e isso tem um efeito cumulativo devastador na vida dos brasileiros. O curso dos acontecimentos atuais, em especial dos últimos dez anos, indicam que podemos estar vivendo o fim de uma época.

Os setores dominantes, responsáveis pela política liberalizante, monetarista e desnacionalizante, já não sabem mais para onde ir. Meteram o país numa grande tempestade e não sabem encontrar a rota da saída. Neste ano, as previ-

sões econômicas têm sido continuamente revistas para baixo. Calcula-se um crescimento de 1% (menor que a taxa de crescimento da população), quando antes a projeção era de até 4%! A indústria paulista, a mais vigorosa do país, perdeu cerca de 25 mil postos de trabalho somente nos sete meses de 2002 – relativamente, número superior aos de 2000 e 2001. O pagamento de juros deste ano passa dos 100 bilhões de dólares. Tudo isso num país enorme, que conta com fabulosos recursos, uma população numerosa e uma econo-

mia que já atingiu um nível extraordinário de diversificação.

O estrago é grande. Os setores dominantes não encontram o caminho da recuperação. Estão divididos.

Por isso, a candidatura oposicionista mais consistente por sua trajetória, por seus compromissos e alianças, a de Luís Inácio Lula da Silva, cresce e está a altura de mudar a política vigente e buscar um novo rumo para o Brasil, virando a página desta época que chega ao fim.

A nova época somente pode nascer com um novo governo, constituído pelas forças interessadas na mudança, que representem a maioria do povo. Governo baseado no modelo cujos fundamentos sejam a soberania, a liberdade, a democracia e o progresso social. Onde a produção, a valorização do trabalho, o mercado interno, o progresso autêntico e a ampliação dos direitos básicos do povo ocupem o centro de gravidade de sua ação. Lula, o candidato da coligação PT-PL-PCdoB-PMN-PCB, tem seu programa calcado nestes fundamentos.

*presidente do PCdoB

Um trágico balanço das relações de trabalho na “era FHC”

Escrito por Altamiro Borges e Marcio Pochmann, “Era FHC - a regressão do trabalho” pode ser lido como uma denúncia viva, concreta e contundente, tal como o título promete. Porém, mais do que isso, é um exame rigoroso, embora sintético, e um convite à reflexão sobre a era Fernando Henrique Cardoso, em uma das suas interfaces mais conflituosas e controvertidas – a das relações de trabalho. Eis o que os próprios autores escrevem como apresentação de seu trabalho:

A herança neoliberal

Logo que tomou posse em seu primeiro mandato, no início de 1995, o presidente Fernando Henrique Cardoso pronunciou um discurso que marcaria toda a sua gestão no que se refere à decisiva questão do trabalho. Afirmou, com pompa, que seu governo tinha como objetivo “acabar com a era Vargas”. Adepto da chamada “modernidade”, tão badalada pela onda neoliberal no planeta, FHC disse que sua meta era retirar o Estado do papel de regulador do mercado e flexibilizar a legislação trabalhista no país, favorecendo a “livre negociação”.

Segundo garantiu na ocasião, essa política permitiria a democratização nas relações entre o capital e o trabalho e possibilitaria a geração de empregos e a melhoria dos rendimentos e das condições de trabalho dos brasileiros. Um



Altamiro e Marcio

dos motes da sua campanha eleitoral, simbolizado pelos dedos da mão, foi exatamente o de eliminar o desemprego no Brasil. A pretensa “modernidade”, como um apanágio, teria esta missão histórica redentora das relações do trabalho, só questionada pelos “dinossauros” e “fracassomaníacos” do passado.

Iniciava-se, assim, o que alguns apologistas de plantão batizariam de “era FHC”. Na prática, essa política “liberalizante” já havia sido deflagrada por Collor de Mello, como o próprio FHC reconheceu em outro famoso discurso. Tratava-se agora de intensificar este processo, que visaria inserir o Brasil no “primeiro mundo”, transformando-o numa economia adaptada ao figurino da globalização neoliberal. Bem diferente da “era Vargas” que, apesar de todas as suas contradições, implementou um projeto de desenvolvimento da nação, a chamada “era FHC” representou a destruição da economia brasileira, tornando-a mais dependente e estagnada.”

O rescaldo do “grande desastre”

E prossegue a apresentação de Marcio Pochmann e Altamiro Borges: “Agora, ao término do longo reinado de FHC, cabe fazer um balanço desta política para o trabalho. Afora os marqueteiros oficiais, todos concordam que o resultado final foi um grande desastre. Nestes oito anos, o Brasil regrediu quase um século nas relações de trabalho. Os milhões de desempregados, de brasileiros que subsistem no mercado informal, de precarizados e dos que perderam seus parcos direitos sentiram na carne os efeitos desta política. A própria Organização Internacional do Trabalho (OIT) confirma em seus relatórios o retrocesso vivenciado no país, onde hoje predominam “condições indecentes de trabalho”.

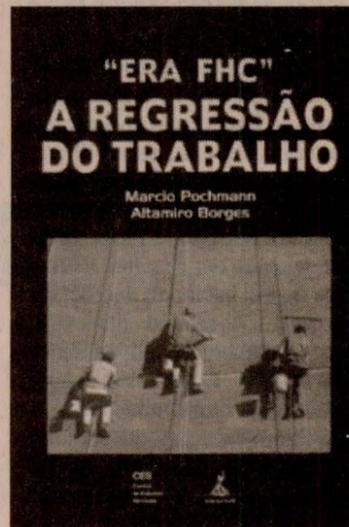
Em decorrência da orientação econômica recessiva e desnacionalizadora do governo FHC, o país passou a bater recordes constantes nos índices de desemprego. A renda dos brasileiros sofreu brutal corrosão, perdendo peso no Produto Interno Bruto. Milhões de trabalhadores foram jogados na informalidade, vegetando sem qualquer proteção legal. A frágil legislação trabalhista, erguida na “era Vargas”, foi desmontada e hoje mais parece um Frankenstein. O receituário neoliberal, que serve unicamente à gula do capital rentista, degradou ainda mais as condi-

ções de vida e trabalho do sofrido povo brasileiro.

Com números e argumentos, este livro pretende confirmar esse veredito. Seu objetivo é contribuir para demonstrar a violenta regressão do trabalho imposta pela “era FHC”. Ele não se propõe a ser uma obra acadêmica, de aprofundamento teórico, mas sim um livro de denúncia. No momento em que a sociedade brasileira se prepara para definir o seu futuro, utilizando as urnas para indicar os novos rumos do país, este livro se apresenta como uma modesta contribuição ao senso crítico, à superação do “pensamento único neoliberal”.

Os autores

Marcio Pochmann é economista, professor licenciado do Instituto de Economia da Unicamp/SP, pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (Cesit) e Secretário do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade da Prefeitura do Município de São Paulo. Autor, entre outros, dos livros “A década dos mitos” (Editora Contexto, 2001, Prêmio Jabuti de 2002), “O emprego na globalização” (Boitempo Editorial, 2001), “A batalha pelo primeiro emprego” (Publisher, 2000) e “O trabalho sob fogo cruzado” (Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois, 1999). Altamiro Borges é jornalista, editor da revista “Debate Sindical”, integrante da coordenação nacional do Centro de Estudos



As causas do desemprego

Sindicais (CES) e do Instituto Maurício Grabois, membro do conselho editorial da revista “Crítica Marxista” e do conselho de colaboradores da revista “Princípios”. Organizador do livro “Para entender e combater a Alca” (Editora Anita Garibaldi, 2002) e coautor dos livros “O trabalho no século 21” (Editora Anita Garibaldi, 2001), “Administração sindical em tempos de crise” (CES, 1999) e “Dilemas da atualidade” (CES, 2000).

“Era FHC - a regressão do trabalho” pode ser adquirido pela Internet: www.memoria.org.br ou livraria@anita.garibaldi.com.br, ou rua Monsenhor Passalacqua, 158, CEP 01323-010, São Paulo/SP, fone 11 289 1496

NACIONAL

A mudança é uma exigência da maioria da sociedade brasileira

RENATO RABELO*

O lançamento no dia 23 de julho, em Brasília, do Programa de Governo da frente Lula Presidente – composta por PT, PCdoB, PL, PMN e PCB – impõe-se como um marco destacado na trajetória das eleições de 2002, no esforço atual que compreende a definição de um novo caminho para o Brasil.

Particularidade do Programa de 2002

A experiência da construção de um programa de governo para o Brasil, iniciada principalmente entre comunistas e petistas, vem desde a campanha presidencial de 1989, logo após o final do período de ditadura militar. Esse Programa mantém um núcleo de caráter democrático e popular, o qual expressa três tendências objetivas transformadoras da sociedade brasileira – que se definem na dimensão nacional, democrática e social. O novo modelo de desenvolvimento tendo como base esse núcleo essencial compõe os programas de 1994, 1998 e este de 2002, que se desenvolveram conforme o curso da evolução política, econômica e social na última década e começo desta.

Os programas de 1994 e 98 correspondiam às fases de aplicação plena da política neoliberal. Esta ainda contava com apoio amplo da população, em função da relativa estabilidade monetária alcançada, apesar de, desde 1998, ter se iniciado as crises sucessivas cujo desfecho foi a desvalorização do real já no começo de 1999.

O Programa de 2002 situa-se em um contexto distinto dos anteriores. Hoje nos encontramos diante do fim das ilusões liberalizantes e monetaristas que permearam de forma absoluta toda década de 90. Por isso, o Programa recém lançado em Brasília, mantendo a matriz nacional, democrática e social torna-se ainda mais viável que os elaborados no passado – embora, de forma justa, adquira uma maior amplitude política e social, em face das novas condições da crise em curso, expondo uma análise atualizada da realidade e indicando medidas e objetivos voltados para a situação presente.

Causa histórica da crise

O Programa de Governo da frente Lula Presidente reafirma que as duas tendências históricas estruturais da sociedade brasileira – “a excessiva dependência externa e a aguda concentração de renda e riqueza”, agravadas com o advento das políticas ultraliberalizantes – são as causas das crises financeiras sucessivas que se acumularam nestes últimos anos, do estancamento econômico e do surgimento do desemprego estrutural e da extensão do subemprego com todas as suas seqüelas sociais.

O Programa sublinha acertadamente que as restrições internas se avolumaram em consequência da aplicação da política liberal-desnacionalizante, submetida ao

domínio das finanças de mercado globalizado – que, por sua vez, tornaram mais pesadas as restrições externas.

Para compreender a profundidade dessas restrições o Partido Comunista do Brasil vai ainda mais adiante. O Partido, desde seu 10º Congresso, afirmou que a partir do primeiro governo de Fernando Henrique formou-se um pacto político dominante que respaldou uma grande intervenção política, justificada ideologicamente, na qual passava a ser inviável a aplicação de um projeto nacional de desenvolvimento independente. A governabilidade perdia o sentido nacional.

Desse modo, em curto espaço de tempo, o país se tornou refém dos fluxos dos capitais de fora; e para garantia dessas entradas, passou a conceder, de forma absoluta, uma taxa de juros elevados e a depender do visto das agências a serviço do grande capital financeiro que determinam o “risco-país”. Porém, o mais significativo é que a crescente vulnerabilidade externa do Brasil levou-o a viver permanentemente dependente do aporte financeiro do FMI e do aval político – condição ainda mais relevante – deste Fundo e do Tesouro dos Estados Unidos, a fim de garantir os interesses dos grandes credores e investidores estrangeiros. O governo brasileiro perdeu assim a autonomia na condução da gestão financeira e da macroeconomia, transformando-se em um condomínio governamental constituído de participantes internos e do exterior.

O contexto em que se assenta o Programa 2002 situa-se no prolongamento da crise estrutural do país, agravada pelo longo período de estagnação do crescimento econômico indicando “o esgotamento de um ciclo econômico”, que se expressa no plano social e político em nosso país – conforme assinalava a Resolução Política do 10º Congresso do Partido. E no plano internacional, também concluiu o 10º Congresso, que a política externa unilateral do governo norte-americano – baseada na força, voltada para o expansionismo e o hegemonismo – se relacionava com uma etapa de recessão econômica global e sincrônica. Nos últimos cinco anos as crises financeiras brasileiras, dando provas da falência desses paradigmas ultraliberalizantes, tornaram-se repetitivas e cumulativas provocando grandes estragos. Hoje, a crise cambial atravessa um período de maior agravamento em consequência do entrelaçamento com a crise financeira mundial, cujo centro está nos Estados Unidos.

As opiniões de muitos economistas destacados sugerem que a hegemonia planetária do dólar volta a ser questionada, indicando possível esgotamento do ciclo de recomposição hegemônica iniciado desde 1971 – quando os Estados Unidos de modo unilateral revogaram os acordos de Bretton Woods e estabeleceram o sistema do câmbio flexível em 1973. Portanto, o Programa atual compreende e reflete as condições de fortes



Renato Rabelo fala durante lançamento do programa de Lula, em Brasília

turbulências geradas por crises que podem estar anunciando o fim de um ciclo ou mesmo de uma época em nosso país, e que faz parte de uma crise global marcada pela semi-recessão econômica, por constante tensão, insegurança e instabilidade no plano mundial.

A hegemonia ideológica imposta pelo capitalismo contemporâneo vai sofrendo revés com o fim das ilusões neoliberais e o desnudamento dos seus mitos. Os fundamentos do “caminho único” estão abalados – a história teria seu fim com o capitalismo. A onipotência e a onisciência do mercado não existem; suas virtudes divinas não passavam de mera ficção. Têm sido sempre o Estado, o governo e a política que socorrem os mercados por seus desequilíbrios e, sobretudo, por sua lógica capitalista concentradora de riqueza e geradora de assimetria social. Ficou patente nesses últimos anos que os mercados financeiros não podem se auto-regular e estão sujeitos ao que se denomina de “risco sistêmico”. A realidade atual demonstrou que era falsa a idéia de uma “nova economia”. Esta prédica consistia em afirmar o desaparecimento dos ciclos de crise do capitalismo, difundida profusamente desde 1997 em função do crescimento contínuo seguido pela economia norte-americana. A situação atual vem revelando que todas essas assertivas exprimem uma visão ideológica eivada de fatalidade econômica e centrada numa apreciação fundada no determinismo histórico.

O abalo de morte dessas concepções capitalistas, que floresceram após o desaparecimento da União Soviética, vem se sucedendo em virtude da falência das políticas neoliberais, tornando possível a abertura de uma situação alternativa para um novo caminho.

Desse modo, atualmente, o economista Joseph Stiglitz (prêmio Nobel de economia), entre outros, afirma que a existência de “uma única alternativa [ditada pelo FMI] é basicamente uma falácia”. Citando o exemplo da Malásia, da Rússia e principalmente da China, que “seguiu um rumo muito diferente”, conclui que esses países tomaram caminho indepen-

dente, conseguindo uma melhor situação. E analisando o caso da Argentina, contrariando o senso comum dominante que defende como única solução para o colapso o aporte do dinheiro de fora pela via do FMI, afirma que esse país “não precisa” desse Fundo; simplesmente porque “o dinheiro oficial estrangeiro não é o que vai ajudar as empresas argentinas a começarem a aumentar a produção”, sendo isso o que mais falta a elas agora. Esse dinheiro nem entra no país, “será destinado ao próprio FMI, ao BID ou ao Bird”; os grandes credores e financiadores é que serão ressarcidos.

Programa de mudança verdadeira

Esse cenário mundial e nacional de crises – que geram profundos dilemas de difícil solução, desequilíbrios e crescente instabilidade – vai formando um ambiente no qual prevalece a exigência de mudança e busca de alternativa. O Programa apresentado em 23 de julho tem como linha mestra a mudança. Em pronunciamento nessa data, Luiz Inácio Lula da Silva intitulou o documento programático apresentado como “Programa de Mudança – O povo brasileiro não aceita mais a dependência atual”.

No Brasil a crise atual se manifesta através de grandes impasses de dimensão econômica, social e política, resultante do patamar que atingiu a dependência externa do país. A política neoliberal aplicada desde o começo dos anos 90 produziu maior concentração de capital, riqueza e poder; provocou uma exclusão real dos frutos do desenvolvimento de setores empresariais; passou pelas camadas médias e atingiu em amplitude principalmente as populares – provocando extensa exclusão social de cima a baixo na sociedade brasileira. É interessante notar que o regime prevalecente de elevado nível de taxas de juros reais dissociou o interesse do empresário ou do assalariado, de um lado, e o dos detentores de ativos financeiros, de outro. Para os primeiros o que conta é a taxa de crescimento da economia; para os segundos, é

a taxa de juros reais. Em consequência desse conjunto de fatores, o anseio por mudança do modelo dominante no Brasil adquiriu dois sentidos: primeiro, assumiu uma atividade cada vez mais proeminente à busca de novo rumo; e, segundo, a continuidade da política oficial progressivamente passou a ser rejeitada por larga maioria da população.

A reestruturação conduzida pela linha monetarista, ultraliberalizante, moldada pela dominação das finanças de mercado, liberalizadas e desregulamentadas, gerou maior concentração de riqueza e poder, impôs o autoritarismo como forma de governo, liquidou a Federação, acabou impondo uma governabilidade que não pode prescindir do aval do FMI e aumentou como nunca a vulnerabilidade externa – mantendo o estancamento da economia que já vinha desde a década de 80. A justa tentativa de integração latino-americana iniciada pelo Mercosul entrou em crise. Cresce a ameaça de neocolonização por meio da proposta estadunidense da Alca. O impasse brasileiro tomou uma dimensão mais complexa e um sentido de maior gravidade. O Programa de Governo recém-lançado parte desse núcleo da situação objetiva em desenvolvimento para apresentar as soluções.

Dessa forma, o Brasil passou a viver envolto em intricados dilemas econômicos, armadilhas financeiras, vindo a predominar um círculo vicioso perverso para a maioria da nação. Pode-se destacar o aumento da grave deformação econômica, da assimetria social e dos permanentes desequilíbrios financeiros assim resumidos:

1 O regime de acumulação capitalista próprio de país dependente – cujo funcionamento é fortemente dominado pelo nível de endividamento – ganhou maior profundidade no Brasil da década de 1990, por sua relação subordinada ao capital financeiro; pela consequente constância de elevação da taxa de juros reais (na média destes nos últimos anos a maior taxa de juros reais do mundo e, que, para servir ao montante da dívida pública contraída, são

NACIONAL

gastos mais de cem bilhões de reais anualmente); e pelos meios de que dispõem os círculos financeiros mundiais, diretamente ou por meio do FMI, para exercerem peso decisivo na condução das políticas econômicas em nosso país;

2 O governo brasileiro se meteu numa armadilha da qual ele próprio não consegue sair, pelo grau dos compromissos assumidos com o "mercado financeiro", ao transferir para os capitais financeiros detentores da dívida pública – beneficiários de um regime de taxas positivas permanentes de juros reais – parte significativa do produto nacional (40% dos gastos orçamentários e 4% do PIB). Tal situação produziu um efeito cumulativo interno e externo, implicando na absolutização da existência de pesados superávits primários em nome da estabilidade e da austeridade fiscal, fazendo o país se afundar em prolongada semi-recessão;

3 A política de estabilidade monetária constante do plano real, baseada em altas taxas de juros e pesada austeridade orçamentária, afetou inevitavelmente, no sentido desfavorável, as condições de acumulação do capital industrial. Essa orientação forçou elevada pressão deflacionária, provocando uma acelerada reestruturação industrial, mas à custa de elevado índice de desemprego estrutural e intensificação do ritmo do trabalho – gerando um efeito colateral de ampla precarização do emprego e da ampliação da atividade informal como necessidade vital de sobrevivência –, e até mesmo da estagnação de rendimentos não financeiros;

4 A situação em que se manteve a média de larga defasagem entre a taxa de juros real e a taxa de crescimento do PIB nesses últimos oito anos no Brasil (taxa média de crescimento de 2% e taxa média de juros real de mais 12%), é a prova mais eloquente de que a política atual é insustentável porque a análise econômica elementar mostra que essa configuração é um obstáculo à acumulação do capital e, por conseguinte, do crescimento;

5 A realidade atual acumulou uma situação paradoxal na qual os próprios "mercados", responsáveis pela crise atual, não têm mais confiança nas políticas desenvolvidas sob seu tacão na década de 90 no Brasil e na América Latina – é o que explica a crescente instabilidade financeira nesse continente e em nosso país. O criador não confia mais na criatura. Eles sabem que a política vigente não tem condições de resolver os imensos déficits públicos, retomar o desenvolvimento e reverter o elevado índice de desemprego.

Em suma, por essa situação exposta se impõe o rompimento com tal modelo. A mudança não é mais uma exigência somente das correntes de esquerda, mas da maioria da sociedade. Em última instância, essa é a conclusão principal exposta pelo Programa, acerca da herança deixada pela reestruturação neoliberal desses últimos anos.

Proposta do novo Programa

Os fundamentos da nova proposta programática apresentada em Brasília estão calcados na solução do impasse brasileiro, agravado sobremodo com a aplicação dessas políticas ultraliberalizantes e no desarme da armadilha de subordinação externa aos círculos financeiros internacionais. Porém, o legado perverso da década de 90, vai indicando o fim de um período histórico – dívidas extremadas, desnacionalização econômica sem precedência, longo período de estagnação e irrompimento de verdadeira guerra social –, que exige mudança de rumo.

O PCdoB afirma desde o seu 10º Congresso que a dimensão histórica da crise brasileira implica em decisões políticas de longo alcance, respaldadas por amplo movimento cívico do povo. Não depende simplesmente de uma saída "técnica" ou especificamente econômica. O desafio maior encontra-se na saída política – ou seja, como conformar um novo pacto político com as forças interessadas na mudança para estabelecer um novo

"contrato social", como denomina o Programa. A reunião de extensas forças políticas, tendo como centro as mais comprometidas com o novo rumo, o apoio em larga base social e principalmente na organização popular e o diálogo com os segmentos representativos da sociedade, constituem a forma necessária à abertura do caminho, tendo em vista a mudança.

O Programa propõe justamente o empreendimento de forte esforço consciente que se traduz numa grande mobilização nacional em favor do crescimento, da produção e da valorização do trabalho, de modo a erguer o Brasil com sua fisionomia própria – bases do novo Programa. Como também esse é o meio e a condição que permite a transição da situação atual de forte restrição externa e interna para a passagem ao novo projeto que supere o impasse, desarme a armadilha financeira que enlaça o país e responda ao anseio da maioria da nação.

No atual estágio político e eleitoral, a candidatura presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva – e a de seu vice, José Alencar –, por sua origem e trajetória, assim como as forças partidárias que o apoiam, por sua posição histórica e atual, é a que está realmente comprometida com a mudança visando ao novo rumo de soberania, democracia e progresso social. Além disso, esse é um núcleo de forças que pode aglutinar setores políticos e personalidades democráticas e patrióticas opostas ao atual governo, interessados na renovação política e noutro destino para o Brasil.

Quanto ao projeto econômico apresentado pelo Programa ele é nítido e factível. A situação de crise amadureceu-o, justificando mais atualidade à proposta oferecida. Assim, a solução econômica existe e depende da solução política. Diante da falência das políticas neoliberais, as alternativas vão se impondo e se tornando reais. Na superação da fase que podemos denominar de monetarista, neoliberal, a nova ênfase econômica passa necessariamente pela retomada do desenvolvimento, am-

pliação do mercado interno, edificação de um sistema de crédito doméstico de médio e longo prazo, ampliação da renda dos trabalhadores e diminuição efetiva da vulnerabilidade externa. Basta seguir a realidade recente.

Os exemplos da Ásia, após a crise econômica-financeira dessa região, são elucidativos – a nova ênfase econômica nesses países se voltou para a sustentação do desenvolvimento em função das poupanças domésticas e para a criação e fortalecimento dos seus sistemas de crédito interno.

A premissa é crescer

O Brasil por possuir uma extensão continental e mais de 170 milhões de habitantes, dispor de vastos recursos materiais e humanos, contar com uma economia de porte médio, reúne condições relativamente ainda mais vantajosas para seguir um caminho próprio de desenvolvimento. O país por sua dimensão pode ter uma economia diversificada e auto-suficiente, planejar e desenvolver um projeto nacional, contando com meios para alargamento do seu mercado interno de massas e formação de significativa poupança doméstica, cabendo ao capital estrangeiro um papel complementar.

O centro da solução econômica nas condições atuais do Brasil está na reversão da equação, de sentido autofágico, da dinâmica da economia nesses últimos anos: conjugação de elevadíssimas taxas médias de juros reais com baixas taxas médias de crescimento do PIB. O caminho apontado pelo Programa consiste na combinação do alargamento do mercado interno, investimentos prioritários nos bens de uso popular, infra-estrutura e setores de ponta, com o incremento das exportações e substituição de importações.

Portanto, a premissa é crescer e para tanto é essencial estabelecer novas relações baseadas na soberania nacional e na autonomia da política econômica, com o sistema financeiro internacional, reduzindo drasticamente a dependência ao

capital externo e baixando fortemente as elevadas taxas de juros. No quadro da mundialização financeira e em zonas de livre comércio centradas em uma grande potência econômica, impõe-se para o êxito do crescimento das economias nacionais da América Latina a construção de uma liderança ativa do Brasil na América do Sul dirigida no esforço da integração latino-americana, resgate do Mercosul e rejeição da Alca – por esta se constituir numa ameaça de neocolonização e não de integração do continente latino-americano.

Por fim, para o novo governo tornar realidade seu projeto mudancista, ele necessitará percorrer um período de transição, porque estará diante de uma situação herdada cheia de pesadas restrições internas e externas, por acordos internacionais estabelecidos que precisam ser vencidos para se abrir passagem à mudança.

O PCdoB afirma que na transição não cabem medidas voluntaristas, sendo necessário considerar o nível determinado da correlação de forças e empreender o trânsito para o novo projeto considerando a situação concreta. Porém, o nosso ponto de vista firmado é que a frente que constituímos, encabeçada por Lula e Alencar, não deve assumir nenhum compromisso – por mais que haja o terrorismo de forças poderosas pressionando no sentido da continuidade – que seja obstáculo ao curso da mudança. A transição deve ser presidida pela orientação da mudança. Em nossa consideração a transição é necessária, objetivamente, como o meio de se viabilizar a aplicação do novo projeto, e não um fim em si mesma. Seria falso o Programa se esgotar na própria transição.

O Programa de Governo apresentado em julho e o pronunciamento feito por Lula, justificando essa proposta programática, são peças importantes no atual estágio da luta política em nosso país – a luta primordial pela busca de novo rumo para o Brasil.

*presidente do PCdoB

A juventude agora é Lula

WADSON RIBEIRO*

Nas universidades, nas escolas, nos bares e nas ruas, o principal assunto debatido é o futuro do Brasil. Por todos os lados cresce o clima por mudança e de insatisfação com o atual governo. O país se encontra diante de mais uma crise financeira e recorre novamente ao FMI. A candidatura oficial do Planalto não decola e as elites se encontram divididas diante de duas candidaturas.

Os oito anos de governo FHC fez a juventude sofrer na pele as duras conseqüências da implementação neoliberal. Somamos hoje grande parte dos desempregados existentes no país. Assistimos, indignados, ao discurso demagógico da expansão do ensino, que não veio acompanhada da qualidade necessária. No campo da cultura, prevaleceu a difusão em massa de programas televisivos de baixa qualidade e de músicas que só traduzem a visão de mundo das classes dominantes, bem como os interesses das grandes gravadoras. São os jovens as

principais vítimas da violência que assola o país. Calcula-se que cerca de 3 mil jovens integram o exército do narcotráfico no Rio de Janeiro. Por outro lado, os jornais noticiaram em larga escala a decepção de milhares de jovens que não puderam ingressar nas fileiras do Exército brasileiro devido à contenção de "despesas" imposta pelo governo FHC, que há muito já abandonou a perspectiva de soberania nacional.

Nesse sentido, de Norte a Sul do Brasil a UJS tem feito uma grande campanha eleitoral. Entendemos essas eleições como uma importantíssima trincheira de lutas por uma vida melhor. Desde junho, constituímos com a juventude petista e outras juventudes a coordenação nacional de juventude da candidatura Lula, que tem articulado uma série de ações nacionais no sentido de dar uma maior coesão e mobilização à nossa campanha. Fruto dessas articulações, três grandes agendas estão programadas. As duas primeiras, em 5 e 13 de setembro, serão os dias nacionais de atos e de panfle-

tagens em todo o país. Essas atividades serão realizadas preferencialmente nas escolas e nas universidades. Uma segunda grande data será em 20 de setembro, com o lançamento do programa de juventude da candidatura Lula no Rio de Janeiro e atos em todo o Brasil.

Outro aspecto importante da nossa atuação nas eleições têm sido as ações próprias da União da Juventude Socialista. Desde o nosso congresso, "Os meninos e o povo no poder", as eleições têm sido o centro de nossas preocupações. A plataforma eleitoral aprovada no congresso da o norte político da nossa campanha, que tem na questão do emprego para a juventude a principal bandeira. Uma importante vitória obtida até agora é a assimilação, por várias candidaturas, das propostas contidas em nossa plataforma, sobretudo pelas candidaturas majoritárias, como é o caso do programa de governo de Lula, que indica a geração de milhões de empregos para os próximos quatro anos.

Nesta etapa eleitoral, estamos

lançando a segunda fase da nossa campanha, intitulada "Conquiste o Brasil com este título", que busca resgatar o contato com os milhares de jovens que tiraram o título de eleitor este ano e votarão pela primeira vez.

Com o objetivo de eleger Lula e uma expressiva bancada popular para as Assembleias e o Congresso Nacional, a UJS tem apoiado uma série de candidatos e feito suas campanhas a partir de seus núcleos nas escolas e nas universidades. Uma marca importante que estamos imprimindo a essa campanha é a centralidade nas passagens em salas de aula, local privilegiado para a exposição de nossas idéias e a apresentação das nossas candidaturas. A considerável influência que temos entre os estudantes nos credencia a desenvolver uma campanha de massa e politizada em um ambiente jovem. Em estados como Pará, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Pernambuco e Bahia estão ocorrendo "arrastões" nas escolas e nas universidades, com os nossos candidatos.

A UJS tem presença destaca-

da nas principais atividades de massa da campanha Lula. Com muita irreverência, alegria e disposição, marca presença em todas as agendas e comícios, dando visibilidade à nossa campanha e ajudando no crescimento de nossa organização, de acordo com as metas de filiações discutidas com cada estado. O momento da eleição é também o momento de crescermos e nos multiplicarmos, atingindo as mais amplas parcelas da juventude com as nossas idéias e propostas. Estamos dando atenção especial às capitais e aos municípios com mais de 200 mil eleitores.

A única esperança para a juventude e o povo brasileiro reside na derrota do neoliberalismo. Essa luta não é fácil. Daí a importância de ganharmos as ruas, as praças, as escolas e as universidades, atrelando as lutas específicas à batalha eleitoral. Por isso, a importância de somar esforços ao plebiscito da Alca, identificando nossas candidaturas como contrárias à Alca.

*presidente da UJS

PCdoB

Fase derradeira da campanha eleitoral – militância decide

WALTER SORRENTINO*

A menos de seis semanas do pleito presidencial, os encaminhamentos finais decididos pela direção nacional da campanha eleitoral definirão resultados. O papel da militância na campanha cresce nesta fase derradeira.

A campanha eleitoral presidencial sofreu rearranjos importantes nas últimas semanas. A polarização da disputa crescentemente vai se dando no interior do campo da mudança. A implosão da base de sustentação do governo de Fernando Henrique Cardoso, face ao agravamento da crise financeira e às dificuldades da candidatura oficial de Serra, acentuou essa sensação. Apesar de alguma indefinição ainda restante, o fato é que a campanha de Lula precisou adotar flexões na sua direção.

Uma das principais conclusões é acentuar o discurso da mudança, para abrir novo rumo para o país. Isso anda junto com a maior amplitude de forças em sustentação a Lula, em franco desenvolvimento. Mas exige também uma campanha mais aguerrida de Lula nos estados, o que até aqui não vinha se verificando.

Operação 65

A resultante dessa discussão é a Operação 65 – levantar a campanha nos 62 municípios com mais de 200 mil eleitores e nos três estados eleitoralmente mais fortes da Federação (São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais). Plenárias de campanha das forças integrantes da Frente Lula Presidente vão ser realizadas nesses locais, em 30 de agosto. Um conjunto de ações já estão planejadas: ato da juventude (5 de setembro), ato da frente anti-racista (9 de setembro), dia nacional de mobilização AGORA É LULA! (13 de setembro), Dia Lilás – ato das mulheres (20 de setembro), dia nacional por mais e melhores empregos (27 de setembro) e outras ainda por definir. Em cada local, serão criadas condições para a campanha mudancista

ganhar as ruas, em ampla união de esforços entre todos que apoiam a campanha de Lula. Grandes comícios serão realizados pelo país.

Nesse terreno, PCdoB e PT, com suas militâncias experientes e combativas, têm o maior papel a jogar. Em cada situação onde Lula está presente em campanha, pode-se notar o vigor e energia que emanam dessa militância, capaz de galvanizar a emoção de grandes contingentes populares. Ao lado disso, é preciso desenvolver a capacidade de manter essa energia mesmo na ausência de Lula. Panfletagens, ocupação de ruas e praças, ampla mobilização nas datas previstas, forte mobilização em prol do plebiscito da Alca na Semana da Pátria, entre outras, são o fator diferencial que só nossa candidatura pode pôr em ação. Por outro lado, isso tudo precisa reverter fortemente para politizar o debate que se desenvolve. O voto em Lula por parte dos indefinidos (e mesmo dos que rejeitam Lula) será um voto pensado, refletido, forjado junto às fontes formadoras de opinião do eleitor (que incluem não só os meios de comunicação e a campanha, mas também o círculo familiar, de trabalho, de comunidade). Por isso também, o trabalho militante é indispensável e pode ser uma das armas afiadas da coligação.

O PCdoB deve se integrar fortemente nesse esforço e procurar dirigi-lo no sentido de superar falsas contradições que opõem a campanha local de Lula com o esforço em torno das candidaturas locais (majoritárias ou proporcionais). Em cada uma dessas cidades, o PCdoB trabalhará para constituir o núcleo coordenador da frente e pôr em movimento amplas forças. Dessa forma, incrementará o esforço próprio de campanha em prol das suas candidaturas a federal, estadual, senador e governador.

Em todo o país, temos constatado forte mobilização e ânimo militante dos comunistas e seus candidatos. Dificuldades reais existem quanto aos recursos para

fazer uma campanha maior e mais forte. O fato é que nosso projeto eleitoral nacional pode ser cumprido e o fator mais destacado que temos ao alcance da mão, além das possibilidades reais de Lula, é fortalecer o trabalho militante em campanha, politizar o debate e destacar nossas candidaturas.

Por fim, a direção nacional do

Partido deu seguimento à orientação traçada na última reunião do Comitê Central, no sentido de buscar fortalecer o PCdoB no seio do esforço de campanha. Um material próprio voltado às filiações e um Manifesto às Bases Militantes já estão sendo distribuídos em todo o país. É possível trazer às fileiras do Partido novos filiados,

oriundos do debate eleitoral e do trabalho em nossos comitês de campanha. Até o primeiro turno, e sobretudo entre o primeiro e segundo turno, precisamos planejar um esforço dirigido nesse sentido.

*secretário de Organização do PCdoB

Hora do PCdoB!

Extratos do Informe ao Comitê Central de junho 2002, sobre o IV Plano de Estruturação Partidária:

Segue adiante a luta da próxima fase, que é a de perseverar em estruturar o Partido no fogo da luta, na própria campanha eleitoral. Mantém-se a expectativa ascendente do Partido rumo a perseguir o objetivo de alcançar – por que não – 40/50 mil militantes ao final da vitória eleitoral. Uma ordem de questões se coloca nesse caminho.

Primeira. Ainda uma vez é preciso pôr a política no comando. Viveremos nos próximos três meses a fase massiva da luta pelo voto, encabeçados pela campanha presidencial que polarizará a vontade mudancista em todo o país. O PCdoB, nesse processo, se fará força polarizadora da vontade popular. No plano da ação de massas, o plebiscito da Alca concentra expectativas. A luta de idéias será central no período, inextricavelmente ligada a uma campanha autenticamente popular. A conquista do voto é consequência da confiança do povo em novo rumo para o Brasil e novos representantes políticos. Há pouco a ensinar ao Partido nesse particular, a não ser insistir no esforço de estar armado politicamente com o programa transformador e ser capaz verdadeiramente de ganhar as ruas com seus candidatos e militantes. Entretanto, tem muito a aprender ainda nosso Partido no que diz respeito a uma cultura política, a de fortalecer as fileiras partidárias no curso da própria

batalha eleitoral, tornar “natural” o trato cotidiano de fortalecer o Partido e seu funcionamento. Essa batalha ainda não a vencemos – ela estará em curso nos próximos 3 meses. Terá explicitamente sentido autocrítico com respeito à nossa tradição dos últimos pleitos. Faz-nos falta essa cultura política, para não separar coisas inseparáveis, não despolitizar uma campanha que é política por essência, não atribuir à massa, nesse particular, um recato ou defensiva que são nossos, ou mesmo um espírito rotineiro e sem entusiasmo pela construção partidária. Em suma, faz falta os principais líderes do Partido, notadamente seus candidatos e dirigentes, pôr em foco efetivamente o chamamento à filiação ao PCdoB em cada ação de campanha, em cada reunião de comitê eleitoral, em cada panfleto e mensagem. A mudança que o Brasil precisa exigirá uma força combatente e clarividente como o PCdoB cada vez mais forte. Suas portas estão abertas para receber novos filiados mobilizados por esse vento mudancista. Se é hora da virada, é hora do PCdoB!

Segunda. É um problema de metas e controle. No plano político, há metas eleitorais em cada estado. No plano da ação de massas, há metas quanto ao plebiscito da Alca. No plano organizativo, o documento-base do IV PEP já dizia de transformar cada base em núcleo de comitê eleitoral, não desestruturar o funcionamento partidário (nem da juventude) du-

rante a campanha, fortalecer o comando dos comitês municipais. São medidas bem orientadas e indispensáveis, configuram metas que permanecem válidas. Entretanto, a meta central é crescer ao menos 20% até outubro em efetivos militantes, por meio da transformação de cada base partidária em núcleo de comitê eleitoral e de trazer para as fileiras partidárias os apoiadores de nossos candidatos. As demais frentes internas – formação, propaganda, finanças – passam por modificações enormes no caráter de seu trabalho e suas metas nesta próxima fase. O problema é, então, desdobrar a mesma cultura política de que falávamos, no sentido de fazer valer verdadeiramente um controle nesse sentido. Subestimar o controle é forma sutil de diluir compromissos e responsabilidades. Sendo político, e não burocrático, o controle é holofote que ilumina situações, permitindo a generalização de experiência, o ajuste de rotas, a correção de debilidades. O que precisa ser dito é que o controle do PEP é ainda uma das principais deficiências de todos os níveis de direção. Precisa ser sanado!

A mensagem desta reunião do CC é a de perseverar em perseguir os objetivos e metas fixados. Isso equivale a dizer que a direção partidária e suas frentes não entram em recesso mas, ao contrário, se devem fortalecer no período. Na clareza que tivermos disso repousa o êxito eleitoral e partidário que perseguimos.

Morre Bráulio Nogueira, jornalista-cidadão

Faleceu em Campinas, com 87 anos, o jornalista e escritor Bráulio Mendes Nogueira. Foi um dos fundadores do Sindicato dos Jornalistas e da Associação Campineira de Imprensa e foi sepultado junto com a bandeira do PCdoB, conforme seu desejo.

“Só temos que agradecer pelo exemplo, pela luta, pelas convicções e pela trajetória de vida do Bráulio, ela está vinculada com a luta dos trabalhadores e da cidade de Campinas por uma vida mais digna, justa e progressista”, declarou o presidente do PCdoB em Campinas, Eduardo Debrassi. A prefeita Izalene Tienne, o secretário de Habitação, Fernando Pupo; a diretora da Regional do Sindicato dos Jornalistas, Márcia Quintanilha; o presi-

dente da Câmara Municipal, Romeu Santini, e o deputado estadual do PPS, Peterson Prado, prestaram suas homenagens ao velho comunista.

Em 1945 Bráulio aderiu ao Partido Comunista. O Partido foi fechado em 1947. Na década de 50 chegou a ser candidato a vereador pelo PC, utilizando outra legenda.

Com o golpe militar de 1964, Bráulio compôs na primeira linha da resistência democrática em Campinas. No final da década de 90, se reencontrou com o PCdoB. Seu último livro, intitulado “O Partido Comunista em Campinas - Uma breve história”, publicado em 2001, foi um tributo aos velhos e jovens militantes comunistas.

A política externa para o Século XXI em debate

A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, presidida pelo deputado Aldo Rebelo (PCdoB/SP), junto com a Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, realizou dois seminários: “Política Externa do Brasil para o Século XXI”, nos dias 13, 14 e 15 de agosto, que contou com o apoio do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais do Ministério das Relações Exteriores; e “Política de Defesa para o Século XXI”, dias 20 e 21 de agosto.

Aldo Rebelo considerou que os propósitos dos debates foram atingidos, materializando a unidade do Congresso Nacional com a comunidade acadêmica, com a diplomacia brasileira, com a sociedade civil e as demais autoridades em torno das questões relativas à

política externa do país.

As perspectivas das relações do Brasil com outros países de língua portuguesa foi um dos assuntos abordados. De acordo com Irene Gala, a Comunidade de Países da Língua Portuguesa fomenta a aproximação de diversas formas, incluindo a negociação e até o perdão da dívida desses países com o Brasil, e a elaboração de acordos de cooperação tecnológica, empresarial e política.

A Alca foi outro assunto debatido. Para Rebelo, “o Brasil não deve interessar-se por um acordo que é bom apenas para os Estados Unidos e que exclui Cuba. Temos de expandir o Mercosul para blocos como Nafta, Ásia, África e União Europeia e pensarmos em acordos comerciais com países semelhantes ao Brasil”.

Discutindo a política de defesa do país, o professor Oliveiros

Ferreira explicou que “a razão de ser de uma Concepção Estratégica é tornar realidade três condições sem as quais nenhum governo se sustenta: austeridade, grandeza e progresso”.

Para o professor e consultor Darc Costa, “o Brasil é o principal Estado nacional do Hemisfério Sul e a busca da mundialização tem de ser sua gênese neste hemisfério”.

Aproveitando os trabalhos, a Comissão de Relações Exteriores da Câmara homenageou dois embaixadores considerados expoentes brasileiros no campo da diplomacia: Ovídio de Andrade Melo, de 76 anos de idade e 50 de Itamaraty, que cumpriu importante papel diplomático durante o processo de independência de Angola, em 1975, e João Zappa, que inaugurou um novo estilo de exercer a diplomacia.

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

NACIONAL

Livro revela ação perversa do FMI no Brasil

JAIME SAUTCHUK

A tese de mestrado do deputado Aldo Arantes, agora lançada como livro, mostra fatos nunca revelados sobre os acordos do Brasil com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Não é possível entender o Brasil de hoje sem conhecer a maneira pela qual o país se enredou no sistema financeiro internacional. É um processo de amarras, de limites ao crescimento interno e de aumento da dependência externa, coordenado pelo FMI. Entender esse processo é uma tarefa, em primeiro lugar, de cientistas. Denunciá-lo, criticá-lo ou combatê-lo cabe aos políticos. Mas, às vezes, essas duas tarefas podem ser desempenhadas por uma mesma pessoa.

Este é o caso do deputado federal Aldo Arantes (PCdoB/GO), que acaba de lançar o livro *O FMI e a Nova Dependência Brasileira* (Editora Alfa-Ômega). Liderança histórica na esquerda brasileira, aos 63 anos Aldo defendeu dissertação de mestrado na Universidade de Brasília (UnB) que virou um livro de rara clareza e oportunidade.

A obra demonstra, em síntese, como os países do centro do sistema, especialmente os EUA, usam o FMI para dominar a economia mundial. Para isso, Aldo analisou os documentos assinados pelo Brasil e o FMI nas últimas décadas – conseguiu até documentos que, por serem “segredos”, nem o governo brasileiro tinha.

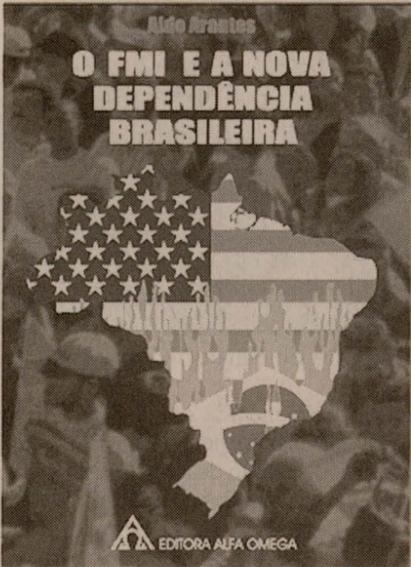
Analisou com profundidade os principais estudiosos da globalização, no mundo inteiro, e entrevistou pensadores renomados brasileiros. Entre estes, Delfim Netto, Bresser Pereira, Marcílio Marques Moreira, Henrique Meirelles, Celso Furtado, Conceição Tavares, Dércio Munhoz, José Luiz Fiori e Luiz Fernandes.

Fernandes, professor da PUC do Rio de Janeiro e respeitado cientista político, assina o prefácio do livro de Aldo. Com rigor acadêmico, ele enaltece a obra. Com admiração, realça a capacidade de um político de mergulhar com tal profundidade na pesquisa científica.

Aldo Arantes

Como presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), no início da década de 1960, Aldo Arantes teve a atuação mais marcante de toda a história da entidade. Ele consolidou o Centro Popular de Cultura (CPC) e criou a UNE-Volante, mobilizando os estudantes do país inteiro. Especialmente para garantir a posse do vice João Goulart, na renúncia do presidente Jânio Quadros.

Militante da Ação Popular (AP), grupo da esquerda cristã, ele deixou o país após o golpe militar de 64. Voltou ao Brasil na clandestinidade e, em 72, ingressou no Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Em 76, foi preso e duramen-



Pedidos para Editora Anita Garibaldi

te torturado, sendo colocado em liberdade com a Anistia, em 79.

Elegeu-se deputado-constituinte por Goiás, seu Estado natal, em 1986, tendo se destacado na elaboração da nova Constituição Federal. Desde então, alterna mandatos políticos com sua atividade de advogado, em especial como defensor de trabalhadores rurais no sul do Pará.

No Congresso Nacional, Aldo é respeitado pela sua postura coerente e dedicada. Essa facilidade em transitar entre outros setores o ajudou na pesquisa (e na boa vontade de entrevistados) para a sua dissertação de mestrado.

O porquê da desnacionalização

Como deputado, forçou o Banco Central a abrir arquivos e solicitar documentos que não estavam em seu poder. São documentos que, pela primeira vez, trazem a público a verdadeira face dos acordos impostos pelo FMI.

Esses acordos, com diversos nomes, foram evoluindo em suas condicionalidades, que significam exigências. Há décadas, elas eram “restritas”; depois, “ampliadas”; e, agora, “estruturantes”. Ou seja, elas se instalam na espinha da economia do país vitimado, engessando-a.

Com base nesses documentos, em números e gráficos, Aldo demonstra o porquê da desnacionalização da economia brasileira. Mostra as razões das privatizações, do aumento exorbitante da dívida externa, do desemprego e de outras mazelas do nosso país. E comprova que a globalização neoliberal só serve aos países ricos, que controlam o FMI.

A obra desmonta, também, o argumento de que os Estados nacionais estão superados e que é o tal mercado que dita as regras. O FMI prega essa tese para abrir as economias dos países emergentes, como o Brasil, enquanto os ricos fecham suas portas. Talvez nunca os EUA tenham sido tão protecionistas como agora.

Com texto claro, elegante, Aldo Arantes fez um livro para ser entendido por qualquer pessoa. E respeitado pelos mais rigorosos. É uma obra imprescindível para se compreender o papel do FMI no Brasil (ou na crise argen-

Aldo Arantes revela

“prova documentada da subserviência”

Em entrevista à **Classe Operária**, o deputado federal Aldo Arantes (PCdoB/GO) conta o que descobriu ao examinar os 38 últimos acordos do Brasil com o FMI. E revelou ter se baseado em 400 páginas de documentos que o próprio governo brasileiro não possuía, pois só existiam, em inglês, na sede do FMI, em Washington.

A Classe Operária: Qual foi sua motivação para a escolha do tema?

Aldo Arantes: O tema está muito relacionado ao debate do qual participei sobre o processo de desnacionalização e do desmonte da economia brasileira. Particularmente do Manifesto em Defesa do Brasil, da Democracia e do Trabalho.

Classe: Era a política do caminho único, sugerida por Fernando Henrique Cardoso?

Aldo Arantes: Exatamente. Toda discussão feita em torno do caminho único como alternativa que se colocava pra o Brasil e toda a formulação de Fernando Henrique de que a globalização era um novo Renascimento. Esses fatores me levaram a analisar o impacto da desnacionalização neoliberal sobre o Brasil e procurar uma linha mais particular, mais completa de análise do que eram os acordos firmados pelo Brasil com o Fundo Monetário Internacional.

Classe: Como foi o acesso aos acordos?

Aldo Arantes: Antes de chegar aos acordos, procurei fazer uma análise mais teórica do impacto da globalização do Estado-Nação, partindo de algumas idéias, como de que a globalização teria levado ao fim das fronteiras nacionais e ao fim do Estado Nacional. Questionei isso e procurei analisar o impacto da globalização financeira sobre a crise da dívida, mostrando que exatamente a quebra dos acordos de Breton Woods e o problema do aumento exorbitante das taxas de juros por parte do Banco Central norte-americano trouxeram conseqüências danosas às economias dos países dependentes, particularmente do Brasil. Na análise dos 38 acordos firmados entre o Brasil e o FMI, procurei mostrar a relação desses acordos e as condicionalidades do processo de sucessiva radicalização.

Classe: Como eram feitas essas condicionalidades?

Aldo Arantes: Primeiro havia as condicionalidades simples e depois, com a crise do México e a crise dos países devedores, vieram as condicionalidades ampliadas; e depois as condicionalidades estruturais, que são as questões relacionadas com a reforma fiscal e o ajuste do Estado. A discussão que procuro fazer é de que o processo de globalização neoliberal não acaba com o papel do

Estado-Nação, mas na realidade fortalece o Estado-Nação dos Estados centrais dos países imperialistas e debilita os países dependentes por meio de uma série de medidas. Começa pela desnacionalização da economia e parte para as privatizações, a recessão econômica continuada no Brasil durante esses 20 anos e o exemplo das privatizações mostram a estagnação econômica. Além disso, houve todo o processo de reformas constitucionais para adequar a Constituição brasileira às regras do neoliberalismo do FMI.

Classe: Que outros artifícios são usados pelo FMI?

Aldo Arantes: Pudemos observar as medidas de liberalização da economia. Enquanto os países centrais, particularmente os Estados Unidos, tomam medidas de proteção da sua economia, o Brasil abre totalmente o fluxo de capitais e gera uma situação de vulnerabilidade externa. Concretamente, para fechar suas contas externas, o Brasil depende de mais ou menos 26 bilhões de dólares por ano, dos quais 85% decorrem de investimentos especulativos estrangeiros. Ou seja, qualquer oscilação no mercado financeiro internacional gera um impacto brutal.

Classe: Ao esclarecer as circunstâncias da dependência dos países em desenvolvimento o livro indica alternativas para a estabilidade em uma situação de vitória de um governo de oposição?

Aldo Arantes: Este livro procura mostrar que o que gera a instabilidade no Brasil não é o risco ou a possibilidade de uma vitória da oposição ou do Lula. Essa instabilidade já existe, é estrutural e fruto do debilitamento do Estado brasileiro. A vulnerabilidade brasileira é responsável por essa instabilidade. Na verdade, uma política de retomada do crescimento econômico, de geração de emprego, de distribuição da renda e de ênfase ao mercado interno será responsável por criar as condições de uma verdadeira estabilidade ao país. Esse é o sentido geral do livro. Ele mostra o processo de aprofundamento da dependência, ao que eu chamo de nova dependência brasileira, levando a uma situação grave, quase que uma situação neocolonial do Brasil. Por outro lado, esse não é um processo inexorável. É uma política das elites brasileiras



Aldo Arantes

que abriram mão de ter um projeto nacional e o que está colocado é na verdade um grande pacto político no Brasil em que se retome um projeto de reconstrução nacional.

Classe: Qual foi a situação inusitada durante o trabalho de pesquisa?

Aldo Arantes: No processo de investigação eu cheguei a uma situação absurda. Tive acesso e analisei os 38 acordos firmados entre o Brasil e o FMI a partir de 83 até 2001, mas tive a curiosidade de conhecer os acordos anteriores a esse período e solicitei-os ao Departamento de Relações Internacionais do Banco Central. Para minha surpresa, nem o Bacen, nem o Ministério da Fazenda, ou mesmo qualquer órgão brasileiro tinha esses acordos anteriores ao de 83. Eu considerei isso um despropósito. Cheguei a imaginar que pudesse ser uma informação errada quando me disseram que esses acordos não existiam porque eram sigilosos. Resolvi então fazer um pedido oficial à Presidência da Câmara que, por sua vez, solicitou esses documentos ao Ministério da Fazenda. Como resposta, o ministro Pedro Malan encaminhou à Câmara um ofício com esses acordos. Os documentos têm cerca de 400 páginas em inglês. O inacreditável é que foi anexado um ofício dirigido ao Amauri Bier, que é secretário executivo do Ministério da Fazenda, em que um órgão do Banco Central informava que, como o Bacen não dispunha desses acordos, teve que solicitá-los ao FMI em Washington. Então, tenho documentada a comprovação de uma postura subserviente, que revela o grau de dependência a que o governo brasileiro tem se submetido frente ao FMI.



INTERNACIONAL

África do Sul: a revolução anti-racista

LUIS FERNANDES*

De 24 a 28 de julho realizou-se na cidade de Rustenberg, o 11º Congresso do Partido Comunista Sul-Africano (PCSA). Durante os quatro dias, 800 delegados representando cerca de 20 mil militantes comunistas discutiram as perspectivas para a continuidade e o aprofundamento das transformações que vêm marcando a vida da África do Sul após o desmantelamento do regime do apartheid.

Os números acima não dão a medida exata da enorme influência exercida pelo PCSA na vida política do país. O Partido integra, junto com a central sindical Cosatu, que dirige, a "aliança revolucionária" que estrutura o Congresso Nacional Africano (ANC), atualmente no poder. Os comunistas definem o Congresso Nacional Africano como um movimento de libertação nacional e preservam a dupla militância nas estruturas do PCSA e do ANC. Atuando no curso da vida política sul-africana via ANC, os comunistas têm ampla participação nas estruturas de governo, tanto no plano nacional quanto nos de província (estado) e municipal. Seis ministros de Estado do governo federal pertencem ao PCSA. Dos 240 deputados do Congresso Nacional Africano no parlamento nacional (quase dois terços do total), 80 são comunistas. Os principais expoentes da luta de libertação na África do Sul são ou foram militantes do PCSA, entre os quais o próprio Nelson

Mandela e o atual presidente Thabo Mbeki (que integrou a Comissão Política nacional do Partido Comunista até o início dos anos 90).

Para compreender a centralidade do PCSA no movimento de libertação sul-africano, é necessário resgatar algumas informações básicas sobre a sua evolução histórica. O Partido Comunista da África do Sul (PCAS) foi fundado em 1921. Sua base social principal, na fundação, eram os trabalhadores brancos. Desde a sua fundação, adotou uma orientação política, ideológica e organizativa não-racial, que contrastava com as concepções e práticas das demais agremiações políticas no país. Ao longo dos anos 20, fez um grande esforço para se "africanizar". Ao final da década, a ampla maioria dos seus militantes já era composta de trabalhadores negros. Nos anos 30, sob influência da política da Internacional Comunista favorável à constituição de frentes populares, ingressou no Congresso Nacional Africano – então uma força relativamente pequena e limitada – e tratou de transformá-lo em amplo movimento de libertação nacional. Em 1950, na sequência do estabelecimento do regime do apartheid, o PC foi banido. Três anos depois, ele foi reorganizado e relançado com o nome de Partido Comunista Sul-Africano (PCSA), atuando em duras condições de clandestinidade. Em 1960, o Congresso Nacional Africano também foi banido e iniciou-

se uma prolongada luta de resistência que envolveu variadas formas de luta armada, mobilização social e participação nos limitados espaços de atuação política legal ainda existentes. Em 1990, quando o regime do apartheid já se encontrava acuado interna e externamente, o ANC e o PCSA voltaram a ser legalizados. Em 1994, sob a liderança de Nelson Mandela, eles tiveram ampla vitória eleitoral, pondo fim ao regime racista e consolidando o princípio democrático de "governo da maioria".

O PC Sul-Africano avalia que o ascenso democrático e popular que levou ao desmantelamento do regime do apartheid deflagrou uma revolução nacional e democrática no país. É por esta chave que os comunistas compreendem e concebem a sua ampla participação nas estruturas de governo na nova África do Sul. Após as realizações democráticas iniciais, no entanto, o PCSA entende que a consolidação, a continuidade e o aprofundamento do processo revolucionário dependem do desenvolvimento progressivo de elementos socialistas na transformação da sociedade sul-africana. Por conta desta compreensão e orientação, começam a surgir variadas tensões e diferenças nas relações dos comunistas com outros segmentos do ANC. Alguns setores do Congresso Nacional Africano insistem em implementar um amplo programa de privatização de empresas públicas de forma a constituir uma nova burguesia ne-



Militante do Partido Comunista da África do Sul

gra no país, medida que é duramente combatida pelo PCSA. O exame e discussão destas diferenças e dos seus desdobramentos foi o tema central do 11º Congresso recém-encerrado. O Congresso concluiu que o Partido, sem se isolar politicamente ou romper com a aliança que estrutura o movimento de libertação na África do Sul, deve assumir um perfil mais independente no âmbito do ANC e do governo, buscando construir e assegurar a hegemonia dos trabalhadores sobre a revolução democrática em curso.

Como se vê, os comunistas sul-africanos possuem uma singular e interessantíssima trajetória que lhes assegura, hoje, ampla participação e influência na vida política do seu país. O segredo do seu sucesso reside, precisamente, na sua capacidade de valorizar as

particularidades da formação social do seu país e atuar no curso da sua vida política, sem perder a referência da transformação socialista. Coerente com este enraizamento na cultura nacional, cabe destacar que, ao longo dos trabalhos do Congresso, os momentos normalmente destinados ao grito de palavras de ordem nos congressos de partidos latino-americanos eram ocupados por cantos e danças coletivas, gerando um clima de intensa participação, descontração e alegria. Na África (pelo menos a do Sul), a revolução se faz cantando...

*Luis Fernandes é membro do Comitê Central do PCdoB e esteve recentemente na África do Sul representando o Partido no Congresso do PC Sul-Africano



Vanessa durante lançamento do livro no Amazonas

Vanessa questiona em livro divisão do Estado do Amazonas

MAURÍLIA GOMES

A deputada federal Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) está lançando o livro "Estudo Sobre a Redivisão Territorial do Amazonas", resultante de um elaborado relatório de mais de cem páginas sobre a região.

O livro apresenta uma análise dos projetos que tramitam no Congresso Nacional sobre a redivisão territorial do Amazonas. Contendo dados estatísticos, econômicos e sociais da região, aborda questões ambientais, a problemática indígena, repasses constitucionais e arrecadação tributária do Estado e dos municípios envolvidos. Traz ainda uma análise a respeito da capacidade produtiva e a vocação econômica da região.

A parlamentar – relatora do PDC nº 725/2000, que trata da realização de plebiscito para a criação de três territórios federais (Rio Negro, Solimões e Juruá) no Estado do Amazonas, na

Câmara Federal, ouviu a população, especialistas, políticos, organizações indígenas e da sociedade civil, e apresentou voto contrário à criação dos territórios federais dividindo o Estado.

Para Vanessa, seria uma irresponsabilidade apoiar o projeto de criação de territórios no Amazonas. "Os recursos, que poderiam ser investidos em saúde, educação, segurança, entre outras áreas de fundamental importância para a sobrevivência da população, precisariam ser destinados para fazer funcionar a estrutura burocrática desses territórios", afirma Vanessa.

A posição apresentada pela deputada comunista também levou em conta análises das realidades regionais como nível de arrecadação, questões como recursos e custos, segurança, ambiental, representação política, o desenvolvimento e as desigualdades regionais, além de comparações realizadas com outras experiências de territórios federais no país.

"Pretendemos com esta obra contribuir não só para a discussão em curso, mas também para os futuros debates sobre o tema", destacou parlamentar.

Princípios enfoca o confronto histórico da sucessão

Com a capa "Frente Lula presidente – a verdadeira mudança", a revista *Princípios* está circulando com novos argumentos para fundamentar a luta pela vitória do Brasil e do povo.

Princípios 66 expõe a herança perversa dos oito anos de governos de Fernando Henrique Cardoso: a soberania nacional aviltada pela tutela do FMI, a economia vulnerável e dependente de capitais externos, uma dívida pública gigantesca e o povo exposto ao desemprego, à violência e à miséria. Publica entrevista exclusiva com Lula e o artigo "A mudança é uma exigência da maioria da sociedade brasileira" do presidente do PCdoB, Renato Rabelo.

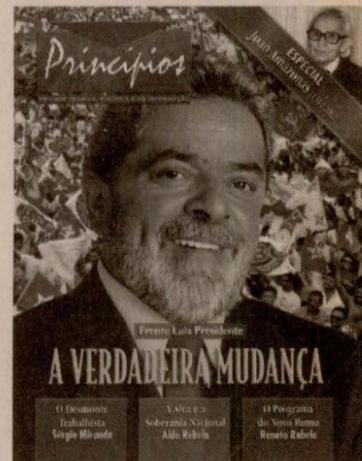
A revista apresenta também "Crise financeira e eleições" (de Lecio Moraes), expondo as razões da crise financeira atual e como ela se transformou em uma crise cambial. Em "Consequências da privatização na herança que nos entregam" Haroldo Lima mostra como o governo FHC investiu na destruição das bases da política estatal soberana do Brasil; no texto "Por uma política de valorização do trabalho e dos trabalhadores" Sérgio Miranda expõe os golpes desferidos pela política neoliberal contra a Constituição e o povo brasileiro para honrar as metas do ajuste fiscal; e Aldo Rebelo afirma que nas condições atuais a Alca seria uma aventura política e social, em "A Alca em campo minado".

Na parte internacional, *Princípios* registra a independência do Timor Leste: "Devemos ser solidários na sua reconstrução tanto quanto fomos solidários na luta pela sua independência", ressalta Aldo Arantes; e publica as análises sobre "A nova situação no mundo após o 11 de setembro" expostas pelos Partidos Comunistas do Brasil, Grécia, Cuba, EUA, Portugal e Boêmia e Moravia no Encontro Internacional realizado em Atenas.

O artigo "Dez anos do impeachment de Collor" (de Rodrigo de Carvalho) analisa que a elite e sua mídia se esforçaram para condenar Collor apenas pelo aspecto ético, com o intuito de continuar seu programa liberalizante.

Na parte de cultura, Joan Edessom de Oliveira escreve em "O derradeiro vôo da avezinha de Assaré" que Patativa deixa um acervo de primeira grandeza para a cultura nacional e popular; e Manoel Rangel discorre sobre o filme "O Príncipe", de Ugo Giorgetti, na crítica "Um desabamento central da alma".

Esta edição traz uma parte especial sobre João Amazonas. É a primeira vez que a revista circula sem a presença direta de seu fundador e diretor. *Princípios* apresenta, com "João Amazonas (1912-2002) Centro de Documentação e Memória", registros de sua presença em importantes momentos históricos; e no texto "João Amazonas vive!"



Princípios nº 66

José Carlos Ruy lembra que o grande dirigente comunista brasileiro deixa um legado de lutas e contribuições teóricas, reconhecido pelos que almejam dias melhores para o Brasil e para a humanidade.

ASSINATURAS E PEDIDOS PARA:

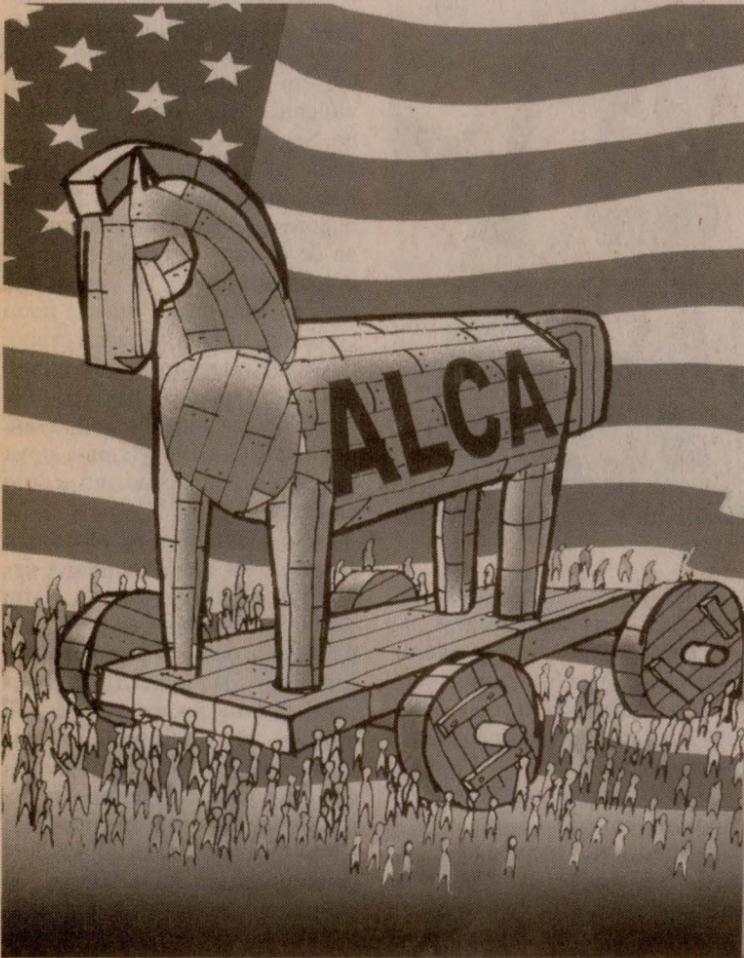
Editora
Anita Garibaldi

R. Monsenhor Passalacqua,
158 Bela Vista – CEP 01323-
010 São Paulo/SP
Telefax: (11) 3266-4312

Endereço eletrônico:
anita.garibaldi@uol.com.br
Página:
www.anitagaribaldi.com.br

ESPECIAL

Participar decididamente do plebiscito da Alca



VITAL NOLASCO*

Desde que a Alca (Área de Livre Comércio das Américas) foi proposta pelos Estados Unidos, o Partido Comunista do Brasil a tem combatido, por considerá-la nociva à soberania nacional. No dia 25 de julho, emitiu de seu Secretariado Nacional reafirmando que, "seu posicionamento contrário à adesão do nosso país a esse tratado." Destaca que "os comunistas participam ativamente do plebiscito e apóiam as inúmeras iniciativas, manifestações, debates e audiências públicas para dizer não à Alca e defendem a ampliação dessa luta, como forma de garantir seu êxito".

O PCdoB participa desde o início do conjunto de reuniões preparatórias visando à realização do plebiscito. O Partido orientou todas as suas instâncias e vincularam o plebiscito com a campanha eleitoral.

Na construção do plebiscito pelo conjunto de entidades, movimentos sociais, igrejas, partidos e sociedade civil organizada, ficou acertado que a convocatória do Plebiscito é feita pelos movimentos sociais, entidades e Igreja, e

que os partidos políticos o apóiam, sem estar institucionalmente ligados a ele. Essa condição não impede o apoio decidido dos comunistas para tornar exitosa essa relevante atividade de cunho nacionalista e democrático. O Partido orienta seus militantes a participar ativamente, através das entidades de massas, dos fóruns estaduais e das mobilizações dos brasileiros contra a Alca.

O processo de votação deve contribuir para debater e defender a soberania nacional. O plebiscito é um processo transparente, com credibilidade pública e condições para que toda população maior de 16 anos vote.

Nos comitês de campanha eleitoral dos candidatos do PCdoB poderão ser instaladas urnas, assim como em escolas, universidades, centros acadêmicos, sedes de associações e sindicatos, igrejas, salões paroquiais, portas de fábricas e locais de trabalho. Também poderão ser instaladas em logradouros públicos, calçadas, pontos de ônibus, metrô, trens, portas de cinemas e locais de diversão. Os candidatos comunistas, no momento em que forem votar, devem fazer mobilizações e

transformar o voto em ato político contra a Alca.

Nos locais de votação serão organizadas mesas de votação, com mesários que serão responsáveis pelo processo. Deverá haver uma identificação com faixas ou cartazes que orientem o votante. Poderão ser organizadas urnas volantes para percorrer com os mesários as diversas comunidades. Para votar, a pessoa precisa informar seu nome e apresentar o título de eleitor ou a carteira de identidade e/ou a carteira de motorista, cujo número será anotado numa lista de controle, para que o número de votos da urna coincida com o número de votantes.

O plebiscito ocorrerá de 1º a 7 de setembro, com o lema Soberania sim, Alca não! Nos dias 17 e 18 de setembro, em Brasília, será realizado um grande ato pra divulgação do resultado. Maiores informações podem ser obtidas junto à Coordenação Nacional, rua Glicério, 221, Liberdade, São Paulo/SP, Cep 01514-000, ou nos comitês do PCdoB em cada estado.

*secretário de Movimentos Populares e Sociais do PCdoB

Dez motivos para ser contra a Alca

ALDO REBELO*

A adesão à Alca representará **perda de soberania nacional**. Trata-se de um projeto concebido de forma unilateral pelos Estados Unidos, com o único propósito de declarar para o resto do mundo que a América Latina é sua área de influência exclusiva e deve aceitar as regras do jogo que eles determinam;

A criação da Alca **atende unicamente aos interesses das grandes empresas norte-americanas**, sedentas de novos mercados e interessadas em nivelar o terreno de competição em escala global para permitir a livre movimentação de lucros e capitais, sem necessidade de submeter-se aos interesses específicos de cada um dos países onde atuam;

É um **acordo mais restritivo que o assinado pelo Brasil na Organização Mundial do Comércio - OMC**. As novas regras de funcionamento da economia mundial, estabelecidas pela OMC, condicionam fortemente as perspectivas de desenvolvimento do país. A adesão do Brasil à Alca, com regras até mais restritivas que as impostas pela OMC, se constituirá em obstáculo insuperável para a aplicação de políticas nacionais de desenvolvimento, ampliará o flagelo do desemprego, da exclusão social e da violência;

Os Estados Unidos não aceitam abrir mão de sua política protecionista de comércio e nem sequer pôr suas regras de comércio exterior em discussão. Não aceitam condicionar a criação da Alca a nenhuma mudança em sua atual política protecionista, que

prejudica particularmente os países em desenvolvimento – que são competitivos exatamente nos produtos que os Estados Unidos mais protegem em seu mercado, como agricultura, produtos têxteis e siderúrgicos;

Uma eventual adesão à Alca **aumentará ainda mais a vulnerabilidade externa da economia brasileira**, pois as desigualdades existentes nas relações internacionais de troca do Brasil com o resto do mundo, decorrência do desenvolvimento desigual do capitalismo mundial, será ainda mais aprofundada. A OMC é incapaz de impedir que as economias desenvolvidas tomem as mais variadas medidas protecionistas para defender seus mercados; ao contrário, age com presteza contra os eventuais desvios dos países em desenvolvimento quando estes supostamente fogem das regras acordadas;

A adesão à Alca **significará ainda dificuldades de acesso às novas tecnologias**, pois as regras de controle da propriedade intelectual pelas multinacionais serão ainda mais rígidas e restritivas que as estabelecidas pela OMC. Os Estados Unidos já declaram que, no caso da propriedade intelectual, eles pretendem um acordo do tipo *OMC-plus*, ou seja, desejam impor no âmbito da Alca todas as regras que não conseguiram impor na OMC por resistência de outros países da Europa e da Ásia;

A adesão do Brasil à Alca poderá significar a **liquidação de grande parte do parque industrial brasileiro**. Estudo recente da Fiesp mostra que, com exceção de aviação, siderurgia e químicos, as demais cadeias de produção têm

defasagem em relação às dos EUA em aspectos fundamentais, e que empresas nacionais de inúmeros setores teriam dificuldades para brigar no livre comércio. Se levarmos em conta que atualmente o que seria a futura Alca representa, para o Brasil, 70% das exportações de manufaturados, a adesão ao acordo nos termos atualmente propostos levará à degradação ainda maior de nossa pauta de exportações;

A adesão à Alca significará para o Brasil e os demais países da América do Sul o **abandono definitivo do projeto de desenvolvimento de uma experiência nacional própria**, uma vez que, sem a preservação do espaço sul-americano como área independente, nem o Brasil, nem nenhum outro país latino-americano terá a mínima chance de romper as relações de vassalagem que os Estados Unidos tentam impor no continente.

A adesão do Brasil à Alca nos termos atualmente postos é a **negação da tradição diplomática brasileira** – que, apesar de todas as dificuldades, tem se pautado por um relacionamento multilateral, sem alinhamentos prévios e incondicionais à nenhuma potência hegemônica. Com a Alca, os EUA ampliarão ainda mais o domínio cultural, ideológico e político na sociedade brasileira, com graves conseqüências para a identidade e o futuro da nação;

O Brasil não precisa da Alca. É falso o argumento de que se não aderirmos ao acordo ficaremos excluídos do comércio e dos investimentos internacionais. A base do comércio internacional está no fato de que cada país é capaz



*deputado federal PCdoB/SP

ESPECIAL

Os trabalhadores diante das ameaças da Alca

ALTAMIRO BORGES*

Os poucos, o sindicalismo brasileiro vai se dando conta dos enormes riscos contidos na proposta dos Estados Unidos de criação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca). A 10ª Plenária Nacional da CUT, em maio passado, aprovou por unanimidade a luta contra esta ofensiva norte-americana. Já os quase 500 delegados do 5º Congresso Nacional da Corrente Sindical Classista (CSC), decidiram participar da campanha contra a Alca, em especial da preparação do plebiscito marcado para a primeira semana de setembro.

A parcela sadia do movimento sindical já percebeu que esta nova investida dos EUA afetará drasticamente a situação dos trabalhadores, com profundos e destrutivos impactos nos empregos, nos salários e nas suas condições de vida e trabalho. Negociada às pressas e de maneira sigilosa, a Alca objetiva servir aos interesses das poderosas corporações estadunidenses. Como afirma recente resolução do Partido Comunista do Brasil, "ela é parte da estratégia neocolonialista do imperialismo norte-americano, é uma medida para a anexação das economias latino-americanas".

Através da Alca, os EUA desejam impor ao hemisfério todas as regras negociadas na OMC (Organização Mundial do Comércio). Ela também seria uma extensão, para pior, do Nafta (-North American Free Trade Agreement, Acordo de Livre Comércio da América do Norte) - o tratado em vigor desde 1994 que inclui Estados Unidos, Canadá e México. Com base nestes dois projetos, nas políticas de "ajuste estrutural" dos organismos internacionais (FMI e Banco Mundial) e também nos relatórios confidenciais dos negociadores da Alca que já vazaram pela mídia, fica evidente que os trabalhadores latino-americanos - em especial, os brasileiros - nada têm a



Manifestação durante o Fórum Social Mundial em Porto Alegre

ganhar com este "acordo" previsto para vigorar em 2005.

Efeitos perversos

Vigorando as regras de "livre comércio" da OMC, com a eliminação das tarifas de importação e de outras medidas de proteção às economias nacionais, a tendência natural é que as megacorporações empresariais dos EUA abocanhem de vez os mercados da região. O resultado será a destruição do que resta do parque produtivo destes países. Indústria, agricultura, comércio e serviços ficariam ainda mais vulneráveis diante do poderio econômico norte-americano - que controla 80% do PIB do continente. Com a quebra das empresas nacionais, haveria brutal aumento do desemprego e queda dos rendimentos dos trabalhadores.

O embaixador Samuel Pinheiro Guimarães alerta: "O livre comércio para o cidadão, como consumidor, pode ser a possibilidade de comprar importados mais baratos e, por vezes, de melhor qualidade. Mas o consumidor, agora na condição de trabalhador, poderá perder o seu emprego. Os produtos importados mais baratos eventualmente acarretam dificuldades para a fábrica ou empresa onde ele

trabalha". A abertura comercial iniciada por Collor e acelerada por FHC é uma prova deste desastre.

As nações periféricas da região ainda esbarrarão na política protecionista dos EUA - que desmascara o mito do "livre comércio". Os EUA utilizam verdadeira artilharia pesada para proteger o seu mercado. Só nas últimas semanas, o presidente George Bush aprovou um subsídio de US\$ 70 bilhões para a agricultura norte-americana e impôs novas barreiras à importação do aço brasileiro.

O Brasil conta com uma economia de porte, possui vocação histórica para o comércio multilateral e é único na região em condições de contestar a hegemonia dos EUA. Por outro lado, sua estrutura produtiva não é complementar à norte-americana e inclusive concorre em vários segmentos (automóveis, aço, soja, etc.); já a sua capacidade de produção é bem menor, assim como existem deficiências crônicas da nossa infraestrutura básica.

Colônia sem lei

Se na área comercial o desastre é previsível, em outros campos os fantasmas são ainda mais assustadores. A questão dos investimentos é uma das prioridades dos negociadores da Alca. A idéia é copiar o nefasto Capítulo 11 do Nafta, que já causou estragos no Canadá e no México. Por este instrumento jurídico, a Alca permitiria às multinacionais processarem os governos locais por pretensa violação dos "direitos de propriedade". Elas poderiam alegar que certas leis trabalhistas, normais de proteção ambiental ou mesmo códigos de defesa da saúde pública estariam afetando os seus sagrados lucros!

Além de exigirem a anulação destas leis, as empresas poderiam impor pesadas multas pelos "prejuízos financeiros". Desta forma, ficaria totalmente limitada a capacidade dos governos locais de elaborarem políticas públicas. O quadro é tão dantesco que até o jornal *O Estado de S. Paulo* ironizou um relatório de 42 páginas do grupo negociador da Alca do tema investimentos. "As multinacionais terão poder para processar governos e cobrar indenizações até se tiverem algum tipo de prejuízo em conse-

quência de uma manifestação de rua". Este disparate talvez explique porque o governo brasileiro investe com tanta fúria contra a legislação trabalhista: o servil FHC estaria aplaudindo o terreno para a imposição da Alca!

Outro terreno minado nas negociações em curso é o que trata dos "direitos de propriedade". As regras em debate dão poder às multinacionais para patentear todas as mercadorias. Elas permitiriam, por exemplo, que as corporações farmacêuticas elevassem os preços de medicamentos vitais à população. Também forçariam as nações latino-americanas a comprar alimentos geneticamente modificados, favorecendo multinacionais como Monsanto e Cargill. Tal pressão colocaria em risco a segurança alimentar dos países do continente e geraria a falência milhões de lavradores que não têm acesso às patentes.

A Alca conteria ainda uma série de normas para "liberalizar os serviços" - inclusive educação, saúde, saneamento e todos os demais serviços que são pagos pelos contribuintes e são essenciais à vida. Os empresários norte-americanos têm criticado o que consideram "monopólio do Estado" e exigem que os serviços públicos rentáveis sejam privatizados. Os gastos mundiais com ensino, por exemplo, superam US\$ 2 trilhões; com saúde, os governos investem cerca de US\$ 3,5 trilhões. Com a Alca, eles procuram concretizar o velho sonho liberal de privatizar todas as dimensões da vida humana!

Experiência do Nafta

A experiência do Nafta já dura mais de oito anos. Várias pesquisas comprovam que os únicos beneficiados deste tratado são as gigantescas corporações empresariais. Nem mesmo os trabalhadores estadunidenses, que poderiam ser favorecidos pelo crescimento da economia, têm o que comemorar. Entre 1994/2000, o Nafta eliminou 766 mil empregos nos EUA. Muitas multinacionais se deslocaram para o México em busca dos salários de cinco dólares pagos aos trabalhadores. Além do desemprego, hoje os assalariados norte-americanos são vítimas de contratos temporários e recebem o equivalente a 77% dos salá-

rios pagos antes do Nafta.

Já no Canadá, duramente afetado pela desnacionalização da sua economia, este tratado resultou em 276 mil demissões e na violenta queda do poder aquisitivo. Segundo Maude Barlow, dirigente da Council of Canadians, nos últimos anos o país teve os maiores índices de aumento da taxa de pobreza em todo o mundo industrializado: "A economia cresceu, mas toda a riqueza ficou concentrada num pequeno grupo. Passamos a ter pessoas dormindo nas ruas e crianças passando fome". Para ela, também a Alca será um total desastre: "É uma nova forma de colonialismo, um acordo assassino".

No México, pobre México, a situação dos trabalhadores se deteriorou de vez. Antes do Nafta existiam 11 milhões de pobres no país, cerca de 16% da população. Em 2001, já eram 51 milhões (58% dos mexicanos). Destes, 20 milhões são indigentes. Atualmente, mais de 50% dos assalariados recebem, em termos reais, menos da metade do que recebiam há 10 anos atrás. O sociólogo Jorge Beinstein concluiu: "Desde que o Nafta entrou em vigor, o número de mexicanos que ganham menos de um salário mínimo aumentou em um milhão. Além disso, 8 milhões de pessoas submergiram na pobreza", despencando do patamar de "classe média". Relatório recente da Unicef confirma que mais de um milhão de crianças começam a trabalhar aos seis anos de idade e têm jornadas diárias de até 12 horas.

Na agricultura, cerca de 6 milhões de lavradores perderam suas terras e suas ocupações devido à invasão dos produtos agrícolas norte-americanos. Já na indústria, o país está sendo devastado pela praga das "maquiladoras" - multinacionais que se instalam na fronteira para explorar a mão-de-obra barata. São mais de 4 mil empresas deste tipo no país, que pagam salários 10 vezes inferiores aos pagos nos EUA. Nelas são comuns os casos de violação da legislação trabalhista, da repressão ou simples proibição dos sindicatos, das horas extras forçadas e dos maus tratos. Como 60% da mão-de-obra nas maquiladoras é formada por mulheres, são frequentes as denúncias de abuso sexual e do trabalho penoso e insalubre.

Se para os trabalhadores dos EUA, Canadá e México o Nafta representou uma brutal regressão social, o mesmo destino ou pior está reservado aos povos de restante do continente. Como explica o embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, "é possível saber com razoável precisão como será a Alca. Ela será como o Nafta. E naquilo que for diferente será diferente para ser mais favorável aos Estados Unidos".

* jornalista, editor da revista Debate Sindical e organizador do livro "Participação e Combate à Alca" (Editora Anita Garibaldi, 2002).
Correio eletrônico: aaborges1@uol.com.br

ASSINE



A CLASSE OPERÁRIA

Alameda Sarutalá, 185, CEP 01403-010, Jardim Paulista, São Paulo, SP
Tel.: (11) 3054 1800 Correio eletrônico: classe@pcdob.org.br

12 edições = R\$ 18,00

Pagamento:

- Cheque nominal
 Dinheiro
 Vale postal nº

- Cartão nº
Validade
 Depósito na conta
Ag.0251
C/C 48676-7, Banco Itaú

Nome:

Endereço:

Bairro: Cidade:

CEP: Estado:

Data de nascimento: / /

Tel.: ()

Profissão:

Correio eletrônico:

Data da assinatura: / /

ESPECIAL

Dizer não à Alca - uma luta pelo Brasil

JOSÉ REINALDO CARVALHO

Nunca é demais retornar ao tema Alca, questão que tende a assumir centralidade na ação política dos movimentos populares e partidos de esquerda da América Latina. A agenda política está repleta de eventos em que o plano de anexação continental do imperialismo norte-americano será posto em xeque. Em diversos países sul e centro-americanos e caribenhos realizar-se-ão nos próximos meses consultas, enquetes e plebiscitos não oficiais, auspiciados por entidades sindicais e populares, em que a população será chamada a dizer SIM ou NÃO à Alca. Estão previstas mobilizações e a realização de encontros nacionais e continentais com a idéia-força de condenar a Alca.

A própria campanha eleitoral em curso no Brasil é um momento privilegiado para debater o tema e ajudar a esclarecer o povo brasileiro sobre um projeto que terá implicações de longo prazo para a vida nacional. Não faltará, como não tem faltado, tergiversação. O candidato do governo e outros que podem ser adequados ao sistema diversionam e até procuram se esquivar do espinhoso problema. Ao contrário, Lula, da coligação PT, PCdoB, PL, PMN, PCB no ato de lançamento do seu programa em Brasília deixou clara a posição das forças antineoliberais brasileiras: nos termos em que está proposta, a Alca é inaceitável.

A Alca não serve à América Latina. Menos ainda ao Brasil. Não por razões conjunturais que possam ser contornadas no âmbito de negociações pontuais bilaterais e/ou multilaterais, mas pelas assimetrias entre a nossa economia e a do gigante do Norte. Essas assimetrias expõem o país a sérios riscos, condicionarão a "concorrência", com graves repercussões sobre a sua estrutura produtiva. Não



Comunistas estão empenhados na defesa da soberania do Brasil

pode haver incoerência maior entre preconizar "esforço exportador" e aceitar a Alca. A obtenção de maiores saldos comerciais é incompatível com a integração do Brasil na área de livre comércio concebida pelos Estados Unidos. A defesa da soberania brasileira requer a rejeição da Alca.

No governo, as forças progressistas deverão combinar firmeza com sabedoria e utilizar com habilidade as imensas potencialidades da economia brasileira, o fato de que temos a terceira economia do hemisfério, a mais industrializada e diversificada do hemisfério sul e oportunidades ainda inexploradas de parcerias comerciais vantajosas. É um mito dizer que não podemos dizer NÃO, porque nos isolaríamos. O embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, demitido do Itamaraty devido à sua patriótica posição contra a Alca, conhecedor profundo do assunto, chega a opinar que mesmo que os demais países latino-americanos aderissem, o Brasil poderia sozinho percorrer um caminho alternativo à Alca. São considerações importantes porque não podemos nos embalar com a expectativa de entrar numa Alca "ideal".

Por duas razões muito simples que convém ressaltar. Primeiro, porque a Alca foi gerada segundo uma concepção imperia-

lista de domínio do mundo, na qual a hegemonia absoluta sobre as Américas pelos Estados Unidos é essencial. Quando George Bush I lançou a idéia de criar a Alca durante seu giro na América Latina em 1992, os Estados Unidos estavam embriagados com o triunfo sobre o "Império do Mal" e convencidos de que chegara o momento do seu apogeu e da vitória definitiva da "civilização" por eles liderada. À esquerda e à direita, houve quem se deixasse fascinar pela idéia. O período que se seguiu, a "era Clinton", foi paradigmático do poder de sedução desse império. Uma década depois, a estratégia é a mesma. Mudam apenas as circunstâncias em que o imperialismo busca sua concretização: crise em seu sistema econômico e financeiro, predominância de uma política agressiva, em que o recurso à guerra é uma opção banal para os círculos dominantes na Casa Branca e um ambiente de efervescência política de massas, com rebeliões de diferentes tipos, em que se vão mesclando os ingredientes de uma situação objetivamente revolucionária, o que é tema sobre o qual nos deteremos em outro momento.

A segunda razão por que não devemos nos deixar embair pela promessa de uma Alca ideal radicada na crise do sistema econômi-

co e financeiro norte-americano. Os Estados Unidos hoje dependem da Alca como questão de sobrevivência. Com um déficit comercial global na casa dos 400 bilhões de dólares, os Estados Unidos apostam na Alca como fonte para compensar essas imensas perdas de sua economia em crise. A América Latina é a única região do mundo com a qual os Estados Unidos podem obter superávit comercial. Para isso, contam, com prioridade, com o mercado brasileiro.

No debate sobre a Alca é comum a abstração do fator tempo. Certo, a Alca não está em vigor e há tempo para manobrar, resistir, protelar, ganhar forças para impedir que se consume o plano neocolonialista. Mas tenhamos em conta que há uma institucionalidade da Alca em pleno funcionamento que tende a criar fatos consumados e irreversíveis.

Desde o giro latino-americano de Bush I em 1992, realizaram-se três Cúpulas das Américas - Miami (1994), que proclamou a Alca, Santiago (1998) e Quebec (2002) - e sete reuniões de ministros do Comércio do Hemisfério, que deram partida e desenvolveram negociações e puseram em marcha grupos de trabalho, comissões temáticas e comitês e estão cumprindo à risca um cronograma de trabalho e entendimen-

tos com prazos definidos, cujo momento decisivo será o ano de 2005. Portanto, para se reposicionar, o país precisa de tempo, o que implica suspender as negociações em curso. De outro modo, nos restaria entrar primeiro na Alca e discutir depois, o que seria inócuo. Grosso modo, é como a sangria de divisas. Ou se interrompe, ou o país irá para a crise cambial, a liquidação das reservas, a moratória técnica...

Colocadas as coisas nesses termos, trata-se de criar as condições políticas para um confronto de interesses inevitável entre o Brasil e o imperialismo norte-americano. A grandeza do problema exige perspicácia, amplitude de métodos, clareza de objetivos. A luta contra a Alca tem de servir ao Brasil, antes de servir a mesquinhos projetos de grupelhos inadaptados à unidade popular e à luta de massas. Em nome da soberania nacional, da defesa do Brasil, é urgente fazer um chamamento a dizer NÃO à Alca, criar fóruns e movimentos amplos que permitam a manifestação do vasto espectro de correntes e setores que se opõem à anexação neocolonialista do Brasil.

**vice-presidente e secretário de Relações Internacionais do PCdoB*

Os amigos e os inimigos da Alca

AUGUSTO CÉSAR BUONICORE*

Uma tranqüila maioria de senadores norte-americanos - 64 contra 34 - aprovou o APC (Autorização para Promoção do Comércio), dando ao presidente dos Estados Unidos, Bush filho, a liberdade para consecução de seu projeto de anexação econômica da América Latina, através de Alca.

O projeto autorizou o presidente a negociar áreas de livre comércio, contanto que não prejudiquem as empresas e da agricultura norte-americanas. Os principais impulsionadores do projeto da Alca são o grande capital financeiro e os trustes industriais possuidores de altas tecnologia e produtividade, bastante competitivos internacionalmente.

Colocam-se contra a Alca nos EUA o movimento sindical, que teme o crescimento do desemprego, a queda nos salários e eliminação de direitos trabalhistas; os setores ligados às indústrias menos competitivas, como as companhias siderúrgicas e a agricultura em geral. Esse setor defende abertamente uma política unilateral em que a abertura comercial deve se dar exclusivamente nos países dependentes.

São também contrárias à Alca outras forças políticas e econômicas fora dos EUA, como a União Européia, o Japão, a Coreia, a China, a Rússia e os países árabes.

Amigos da Alca no Brasil

No Brasil as forças interessadas na implantação da Alca estão representadas nos ramos mais "competitivos" da nossa indústria, especialmente a agroindústria (suco de laranja, açúcar refinado etc.), que sonham abocanhar parte dos mercados do EUA e da América Latina. Entre estes setores também estão as indústrias siderúrgicas, de calçados, etc.

Esses segmentos impõem como condição para aceitar a Alca a remoção integral das barreiras tarifárias e não-tarifárias que pesam sobre suas mercadorias nos EUA. O discurso desse setor da burguesia é: "Nós abrimos totalmente nossos mercados e vocês abrem o

seu". Também existe o setor do grande comércio, especializado na importação e venda de produtos estrangeiros, como automóveis, que ganhariam com a implantação da Alca. Esses setores estão plenamente integrados à lógica e à política econômica neoliberal.

E, por fim, a perspectiva de uma abertura indiscriminada dos mercados e a entrada de produtos estrangeiros, com menores preços e de melhor qualidade, exerce ainda certo encanto em setores da própria classe média.

Quem resiste à Alca?

No Brasil resistem à Alca o movimento operário e popular, a Igreja Católica, alas das igrejas protestantes e amplos setores do empresariado nacional que não teriam condições de competir com os produtos importados. Estes, estão ligados aos setores da indústria de maquinários, equipamentos, eletro-eletrônicos, produtos químicos, farmacêuticos, papel e celulose, têxteis, móveis e a quase totalidade dos setores de serviços.

Horácio Piva, presidente da Fiesp, afirmou: "uma nova abertura precipitada da economia brasileira pode levar boa parte das empresas nacionais à falência (...) a indústria brasileira desaparecerá se o país entrar bruscamente na Alca". Na mesma linha afirmou seu vice-presidente Nicolau Jeha: "Estamos há 20 anos sem crescer. Neste país, só se fala em mercado. (...) Não podemos abrir mão da nossa soberania. É preciso dar um basta nisso. Temos de defender nossos agricultores, trabalhadores, industriais e a classe média". Estes setores buscam manobrar e ganhar algum tempo e se alinham aos setores que exigem a abertura dos mercados dos EUA.

No geral, o governo brasileiro tem se posicionado ao lado das forças econômicas que impõem como condição para aceitação da Alca a garantia norte-americana de que a liberdade integral dos mercados será respeitada. FHC afirmou que as expectativas do Brasil em relação à Alca "se resumem na defesa de uma acesso desimpedido a todos

os mercados". O ministro da Indústria e Comércio, Sérgio Amaral, condicionou "a inclusão do país ao bloco regional ao fim das restrições à entrada de produtos brasileiros no mercado norte-americano".

No geral, esses vários interesses têm convergido para o embaçamento do cenário e a obstaculização de uma rápida implantação da Alca. Mas a frente interburguesa que se formou entre os setores que defendem a abertura completa do mercado norte-americano como condição de aceitar a Alca e aqueles que são contra a abertura indiscriminada do mercado brasileiro e, portanto, tendem a ser contra a Alca (sob qualquer condição) é muito frágil.

A luta pela unidade anti-Alca deve ser acompanhada da busca da hegemonia da esquerda revolucionária no seio desta frente, através de uma acirrada disputa política e ideológica.

*Fundação Maurício Grabois
historiador e membro do Comitê Central do PCdoB*

História e significado da Alca

CARLOS POMPE

O Instituto Maurício Grabois e a Comissão Estadual de Formação do PCdoB/SP realizaram, em março, um seminário sobre a Área de Livre Comércio das Américas (Alca). As intervenções feitas no seminário pelo embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, pelo deputado federal Aldo Rebelo (-PCdoB/SP), pelo economista Plínio de Arruda Sampaio Jr, pelo dirigente comunista José Reinaldo de Carvalho, acrescidas de artigos de autoria de Altamiro Borges, do dirigente da CUT, Kjeld Jakobsen e do presidente da CGT, Antônio Carlos dos Reis, foram reunidas no livro "Para entender e combater a Alca", da Editora Anita Garibaldi.

O Produto Interno Bruto dos 34 países abrangidos pela Alca (Antígua e Barbuda, Argentina, Bahamas, Barbados, Belize, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Dominica, El Salvador, Equador, Estados Unidos, Granada, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Santa Lúcia, São Cristóvão e Nevis, São Vicente e Granadinas, Suriname, Trinidad e Tobago, Uruguai e Venezuela) é quase US\$ 11 trilhões, e a população ultrapassa 808 milhões de habitantes. Os EUA correspondem a 80% desse PIB; Canadá e México, juntos, correspondem a 9%; América Central, Caribe, junto com Guiana e Suriname, correspondem a 1%; o Brasil detém 5% e aos outros 9 países da América do Sul correspondem os outros 5%. No Brasil foi criada, em outubro de 1996, a Seção Nacional de Coordenação dos Assuntos Relativos à Alca (Senalca).

Na opinião de Plínio Sampaio Jr., a Alca integra a estratégia estadunidense de unificação do espaço econômico no continente e representa "a incorporação subordinada das economias latino-americanas ao espaço econômico dos Estados Unidos". A estratégia tem três movimentos: "1) bloquear qualquer iniciativa que possa implicar a reversibilidade da hegemonia neoliberal no continente; 2) criar um espaço econômico mais propício às grandes empresas transnacionais norte-americanas, contrabalançando, assim, a maior competitividade das grandes empresas transnacionais européias; e 3) praticar uma política neomercantilista de defesa do mercado interno norte-americano".

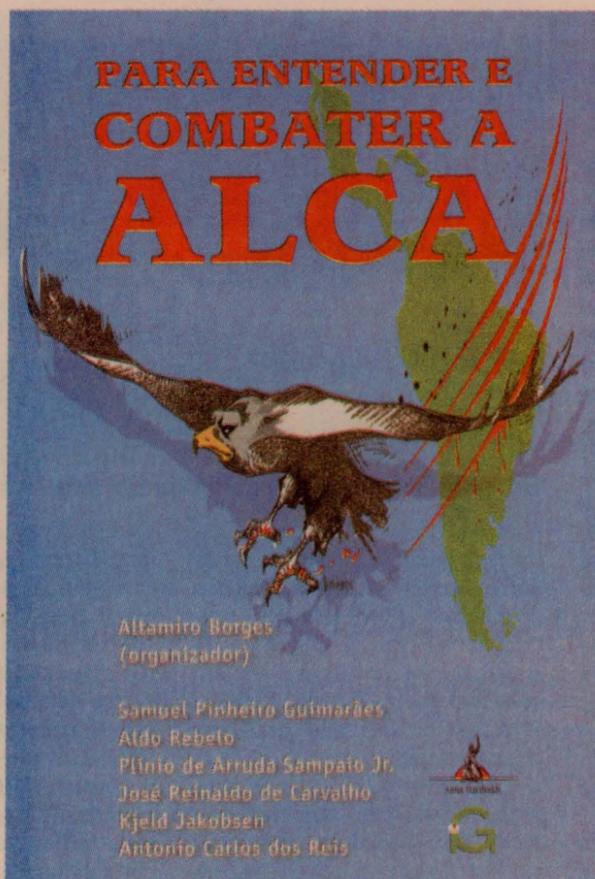
Ele atenta ao fato de que a produtividade média do trabalho da economia da Alemanha em relação aos demais países da Comunidade Econômica Européia é de 3,1 vezes, enquanto a economia dos EUA é mais de 23 vezes mais produtiva que a média das economias latino-americanas e sua capacidade tecnológica é 110 vezes superior à média das economias latino-americanas. Na opinião desse economista, o Brasil, que representa cerca de 1/3 do mercado latino-americano, será grandemente prejudicado com a criação da Al-

ca. Do parque industrial nacional vão "sobrar uns poucos setores que dependem de alto consumo de energia ou de uma matéria-prima muito difícil e onerosa de ser transportada ou que depende de mão-de-obra muito barata". Estão interessados na Alca "as multinacionais norte-americanas já instaladas no Brasil que podem racionalizar seu espaço produtivo; os setores da economia brasileira que sonham em poder entrar no mercado norte-americano", além, dos "grupos econômicos que esperam grandes negócios com o aprofundamento do neoliberalismo; e todos os segmentos da população que estão enfeitiçados pela modernização dos padrões de consumo".

José Reinaldo de Carvalho, vice-presidente e secretário de Relações Internacionais do PCdoB, defende que as forças progressistas brasileiras contraponham-se à Alca e busquem "a ampla unidade latino-americana e caribenha, partindo da compreensão das tendências diferenciadas no mundo contemporâneo e de uma aposta no multilateralismo, na possibilidade de abrir espaços de cooperação e integração entre países e povos soberanos fora do esquema de dominação hegemônica do imperialismo norte-americano".

Contra a Alca, pela Alca

O deputado Aldo Rebelo, que atualmente preside a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara Federal, recorda que o ex-economista chefe do Banco Mundial, Joseph Stiglitz, considera que blocos regionais como a Alca antecederão o momento em que "a Organização Mundial do Comércio (OMC) consiga derrubar as barreiras não tarifárias que emperram a total liberalização do comércio mundial". Para Aldo, a União Européia e o Mercosul representam movimentos dirigidos "por forças políticas motivadas por preocupações econômicas, de segurança, ou quaisquer outras", enquanto o Nafta (North American Free Trade Agreement, Acordo de Livre Comércio da América do Norte, entre os governos do Canadá, México e EUA) e a Alca são processos guiados pelas "grandes corporações norte-americanas sedentas de novos mercados e de nivelar o terreno de competição em escala global para fazer melhor o jogo do lucro". Ele refere-se ao fato de a União Européia, EUA e Japão responderem "por 60% das importações mundiais; suas empresas e consumidores gastam mais de US\$ 3 trilhões anuais em produtos vindos do exterior" e as multinacionais responderem por aproximadamente 1/3 de toda a produção e 2/3 das exportações mundiais, sendo metade desse fluxo entre unidades de uma mesma empresa (interfirma). "A existência de diferentes normas e regulamentos na área comercial, financeira, tributária, trabalhista e no regime de proteção à propriedade in-



Pedidos para
Editora
Anita Garibaldi

R. Monsenhor
Passalacqua, 158
Bela Vista
Paulo/SP

Telefax: (11) 3266-4312

Endereço eletrônico:
anita.garibaldi@uol.com.br

Página:
www.anitagaribaldi.com.br

lectual nos diversos países em que atuam, bem como a possibilidade que cada país possui de mudar as regras do jogo de acordo com as suas próprias conveniências e circunstâncias constituem-se, para essas empresas, um elemento que amplia o grau de incerteza normalmente associado às decisões de investimento".

Aldo cita estudo da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (-Fiesp) que indica que, "com exceção de aviação, siderurgia e químicos, as demais cadeias de produção (brasileiras) têm defasagem em relação aos EUA em aspectos fundamentais e que empresas nacionais de inúmeros setores teriam dificuldades para brigar no livre comércio". Para ele, não se trata de "ser simplesmente contra a Alca, mas sim a favor do Mercosul e da Alca (Área de Livre Comércio Sul Americana). Desde que o espaço sul-americano seja resguardado, poderemos negociar acordos de livre comércio não só com o Nafta, como também com a União Européia, com a China, com a Índia, com os países da Asean, do Oriente Médio e com nossos irmãos da África".

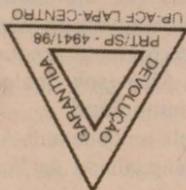
Esvaziamento do Estado

O embaixador Samuel Pinheiro Guimarães considera que as negociações sobre a Alca pretendem "primeiro, criar regras para eliminar todas as barreiras tarifárias ao comércio de bens e, segundo, eliminar toda legislação de proteção aos serviços. Isso inclui o sistema financeiro e os serviços públicos como saúde e transporte. Inclui, enfim, tudo aquilo que é comercializado, mas não é produto". Com a Alca, "o Estado nacional não poderá estabelecer nenhu-

ma regulamentação para o capital estrangeiro. E isso inclui nenhuma limitação para a remessa de lucros". No caso do direito de patente, o detentor "não tem a obrigação de produzir no país e exerce o monopólio exportando para o Brasil". No caso das compras governamentais, não haverá mais restrição às empresas estrangeiras. As empresas também poderão processar o Estado caso seja adotado algum dispositivo legal que afete seus lucros. O embaixador exemplifica: "uma empresa pode contestar a legislação sobre licença materialidade se ela entender que esse dispositivo reduz os seus lucros". Ele considera que, "a partir da Alca, as empresas serão as responsáveis pela determinação de regras para a atividade econômica, uma função tradicional do Estado".

O jornalista Altamiro Borges, organizador da publicação, contribui com dois textos de sua autoria: um histórico da Alca e um levantamento das dramáticas consequências do Nafta para os trabalhadores mexicanos, canadenses e estadunidenses e as economias da região. O secretário de relações internacionais da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Kjeld Jakobsen, faz uma breve análise da política comercial dos Estados Unidos, "particularmente seus aspectos protecionistas e também como outras características de suas relações internacionais são voltadas para a defesa de seus interesses econômicos". O presidente da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) e do Sindicato dos Eletricistas de São Paulo, Antônio Carlos dos Reis (Salim), faz um balanço de dez anos de neoliberalismo, a partir da reunião de novembro de 1989 que elaborou o documento conhecido como "Consenso de Washington".

IMPRESSO



CDM
CEP 01403-010 - São Paulo - SP
Alameda Sarutaiá, 185 - Jardim Paulista
Tel: (11) 3084-1800
Fundação Maurício Grabois

A CLASSE OPERÁRIA